

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA - DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA/ CECAPS  
CURSO DE ELABORAÇÃO, GESTÃO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS  
EM ÁREAS URBANAS

LAURA BASTOS PIMENTA NEVES

**CENTRO DE REFERÊNCIA DA JUVENTUDE DE BELO  
HORIZONTE (CRJ BH): UM PROJETO DE INTERVENÇÃO  
ELABORADO PARA, COM OU PELAS JUVENTUDES? QUE  
DIFERENÇA FAZ?**

Belo Horizonte

2017

LAURA BASTOS PIMENTA NEVES

**CENTRO DE REFERÊNCIA DA JUVENTUDE DE BELO  
HORIZONTE (CRJ BH): UM PROJETO DE INTERVENÇÃO  
ELABORADO PARA, COM OU PELAS JUVENTUDES? QUE  
DIFERENÇA FAZ?**

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para obtenção de título de Especialista em Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais em Áreas Urbanas, pelo Curso de Pós-Graduação *lato sensu* do Centro de Capacitação e Pesquisa em Projetos Sociais (CECAPS), Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Clarice de Assis Libânio

Belo Horizonte

2017

LAURA BASTOS PIMENTA NEVES

**CENTRO DE REFERÊNCIA DA JUVENTUDE - CRJ-BH: UM  
PROJETO DE INTERVENÇÃO ELABORADO PARA, COM OU  
PELAS JUVENTUDES? QUE DIFERENÇA FAZ?**

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para obtenção de título de Especialista em Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais em Áreas Urbanas, pelo Curso de Pós-Graduação *lato sensu* do Centro de Capacitação e Pesquisa em Projetos Sociais (CECAPS), Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Clarice de Assis Libânio

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

---

Nome Orientadora – CECAPS/UFMG

---

Nome do convidado – Instituição a que pertence

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	5
1. SOBRE JUVENTUDES E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	9
1.1 Juventudes.....	9
1.2 Política Pública para as Juventudes.....	11
1.3 Históricos das Juventudes em Belo Horizonte: lutas e conquistas.....	15
1.4 Política Universal, Focada e Afirmativa.....	19
2. SITUAÇÃO DAS JUVENTUDES HOJE.....	22
2.1 Homicídios de Jovens Negros e Pobres.....	26
2.2 Indicadores BH para a Juventude.....	27
2.3 Índice de Vulnerabilidade Juvenil.....	29
2.4 Jovens e Mulheres.....	32
2.5 Juventudes LGBTIQ.....	35
3. PROJETOS PARA O CRJ.....	39
3.1 Contexto Social, Econômico e Político.....	39
3.2 Projeto de Intervenção “1”.....	42
3.3 Projeto de Intervenção “2”.....	49
3.4 Projeto de Intervenção “3”.....	53
4. QUE DIFERENÇA FAZ?.....	61
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
6. REFERÊNCIAS.....	70

## INTRODUÇÃO

Segundo dados da ONU e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística<sup>1</sup> (IBGE), a população brasileira desde 2013 até 2022 está passando por um bônus demográfico, ou seja, a quantidade de pessoas em idade economicamente produtiva pode ser considerada maior do que o número de pessoas dependentes economicamente (soma de crianças e idosos). Esta “janela de oportunidades”, que segundo previsão do IBGE, em 2016 alcançou a marca histórica de 25% do total de brasileiros, sendo a mesma proporção para jovens em Minas Gerais, demonstra que este período que o país vivencia tem potencial demográfico para aquecer naturalmente suas atividades econômicas.

Na contramão desta tendência, o Estado brasileiro, de acordo com a Comissão Econômica para América Latina<sup>2</sup> (CEPAL), investe insuficientes 11% para políticas públicas nesta faixa etária, um déficit de 50% em relação a outros grupos etários se considerado o seu peso demográfico. Dados das pesquisas citadas revelam que a cada dois desempregados hoje, no Brasil, um é jovem. A respeito dos jovens que estão empregados, 65% estão trabalhando na informalidade. De cada três presos hoje no Brasil, dois deles são jovens. Segundo pesquisa nacional de 2012, o Departamento de Informática do SUS<sup>3</sup> (Datusus), a principal *causa mortis* entre jovens de 15 a 29 anos é o homicídio, em 2012 foram 30 mil jovens assassinados. O número de homicídios de jovens negros é três vezes maior do que de jovens brancos.

Pesquisas sobre a educação brasileira evidenciam a desigualdade de oportunidades vivida pela população jovem. Um exemplo (IBGE, 2013) aponta que 84,1% dos estudantes do ensino médio estão matriculados em escolas públicas e somente 15,9% em escolas particulares. Este percentual se inverte quando chegamos ao ensino superior, 15,5% estão matriculados em universidades públicas e 84,5% na rede privada.

---

<sup>1</sup> Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), intitulada **Projeção da População**, de 2013. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao\\_da\\_populacao/2013/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default.shtm) e pesquisa **Relatório de monitoramento global de educação para todos 2013/14. Ensinar e Aprender: alcançar a qualidade para todos**, da Organização das Nações Unidas (ONU), de 2013. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002256/225654por.pdf>

<sup>2</sup> Pesquisa da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), intitulada **Panorama Social da América Latina**, de 2014. Disponível em <http://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/37706-panorama-social-da-america-latina-2014-sintese>

<sup>3</sup> Dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), na pesquisa **Anuário Estatístico de Saúde do Brasil**, de 2012. Disponível em <http://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude/publicacoes/anuarios>

Em 2013, a rede pública de ensino atingia somente 63% do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica<sup>4</sup> (IDEB) alcançado pela rede particular.

Um estudo divulgado pela Agenda Juventude Brasil 2014<sup>5</sup> revela que 45% dos jovens gostariam de estudar até o ensino superior, porém somente 13% ingressaram nas universidades.

Em Belo Horizonte o cenário não é diferente. Segundo previsão do IBGE, em 2017 a população da capital mineira alcançou pouco mais de 2 milhões e 500 mil pessoas, e de acordo com o último Censo Demográfico (IBGE, 2010), cerca de 632.250 mil são jovens com idade entre 15 e 29 anos, o que representa 26,6% das pessoas residentes no município. Desse total de jovens, 13,65% são mulheres e 12,95% são homens. Desses 632 mil jovens residentes em BH, 11,67% se declaram brancos e 14,56% negros.

Na estatística nacional de homicídios, de acordo com o estudo local de 2012 da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), para cada homem branco assassinado, pelo menos três negros são mortos. Esses dados confirmam a situação de risco em que vive a população negra, do sexo masculino em Belo Horizonte.

Outro dado alarmante se refere à violência doméstica e familiar contra a mulher. Segundo dados de 2015 da Secretaria de Defesa Social de Minas Gerais, a violência doméstica e familiar atinge principalmente mulheres na faixa etária de 18 a 24 anos de idade (20%) e de 25 a 34 anos (30%). São as mulheres que também aparecem no topo das taxas de desocupação quando comparadas aos segmentos masculinos, merecendo especial destaque as mulheres negras (10,2%), mais suscetíveis ao desemprego, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Para comparação, em 2014, os homens brancos possuíam taxa de desocupação de 4,5%, ilustrando a disparidade de gênero e raça que ainda atravessa as relações de trabalho.

Com base no cenário apresentado, a presente monografia pretende promover reflexões acerca de três projetos de política pública para as juventudes que foram

---

<sup>4</sup> O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado pelo Inep em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios.

<sup>5</sup> Pesquisa da Secretaria Nacional de Juventude, **intitulada Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional Sobre o Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros**, de 2014. Disponível em [https://issuu.com/participatorio/docs/agenda\\_juventude\\_brasil\\_-\\_pesquisa\\_/1?e=12152407/10902032](https://issuu.com/participatorio/docs/agenda_juventude_brasil_-_pesquisa_/1?e=12152407/10902032)

elaborados para o Centro de Referência da Juventude (CRJ), equipamento público da Prefeitura de Belo Horizonte, construído para atender às demandas juvenis da Grande BH.

O primeiro projeto, uma consultoria apresentada pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) em 2013, foi elaborado pelo Centro de Estudos Avançados do Recife<sup>6</sup> (CESAR). A proposta, precedida por entrevistas e pesquisas com jovens e lideranças juvenis, culminou em um projeto com foco na empregabilidade e no empreendedorismo juvenil, direcionada aos jovens de 15 a 29 anos.

O segundo projeto, proposta da Prefeitura de Belo Horizonte apresentada em 2016, propunha uma série de parcerias que tinham por objetivo a cessão dos espaços e das salas do CRJ em troca de investimentos em infraestrutura e da composição da programação do Centro. As atividades, elaboradas a partir de objetivos comuns entre os parceiros e a PBH, atenderiam jovens carentes da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

Por fim, a terceira proposta, um projeto colaborativo da sociedade civil, elaborado com e pelas juventudes, para as juventudes, por meio de três ações participativas realizadas ao longo do ano de 2017. A proposta, organizada pela atual gerência e pelo Comitê Gestor do CRJ, eleito em 2016 por meio de edital público, obteve contribuições dos movimentos juvenis, de instituições e organizações ligadas às temáticas das juventudes, além da participação de uma diversidade de jovens de BH e RMBH e de representantes do poder público.

Para auxiliar na análise e reflexão acerca das vantagens e desvantagens de cada um dos projetos elaborados para o CRJ, será apresentado o conceito norteador de ‘juventudes’, bem como questões a serem refletidas sobre o modo de construção das políticas públicas para as juventudes.

Questões relativas aos tipos de políticas públicas, tais como políticas de alcance universal e focada e políticas de ação afirmativa, serão mostradas com a finalidade de enriquecer a argumentação e a análise dos projetos. Este estudo buscará ainda analisar dados estatísticos sobre a situação atual das juventudes no país e na cidade de Belo Horizonte, no intuito de dar visibilidade às urgências que as juventudes vivenciam hoje,

---

<sup>6</sup> O Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife – CESAR, fundado em 1996, é um instituto privado de inovação que cria produtos, processos, serviços e empresas usando Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

oferecendo subsídios concretos na busca de respostas para a situação dos jovens da capital.

Para finalizar, será dado o contexto social, econômico e político a que estavam inseridas as propostas na época de sua elaboração. Os projetos terão, entre outras informações, suas diretrizes, objetivos e as ações apresentados e serão analisados segundo critérios de participação, comprometimento dos parceiros e intervenção responsiva ao diagnóstico das juventudes.

A todos, uma boa leitura.<sup>7</sup>



IMAGEM 1 - Seminário CRJ 2017 | Foto: Arquivo CRJ

---

<sup>7</sup> Para garantir uma melhor fluidez na leitura, optou-se por não utilizar as distinções de gêneros que, hoje, muito comumente são enfatizadas no âmbito das juventudes. No entanto, a autora reconhece a importância e a pertinência de tal ênfase.



## 1. SOBRE JUVENTUDES E POLÍTICAS PÚBLICAS

### 1.1 Juventudes

Figura central para a compreensão do enfoque das propostas apresentadas neste texto, o jovem, conforme escreve Dayrell<sup>8</sup> (2003), é comumente analisado como parte de um recorte genérico e, raramente, como um sujeito na sua totalidade. Este olhar desfocado do sujeito jovem reforça, ainda nos dias de hoje, imagens sedimentadas sobre juventude, como, por exemplo, a de que a fase juvenil é uma passagem, um curto tempo transitório até a vida adulta, sem valor em si mesmo, forjado por decisões tomadas no presente que se justificariam somente no futuro projetado, em um “vir a ser”, distante do agora.

Lado a lado a esta narrativa da incompletude juvenil, está a valorização daquilo que falta ao jovem, discurso do menosprezo às qualidades presentes no sujeito, que, infelizmente, acaba convencendo muitos jovens de que ele “ainda não chegou a ser”, de que ele é um ser inacabado, incapaz de realizar, de compreender e de se posicionar sobre si e sobre o mundo ao seu redor.

Muito recorrente, também, é a visão reducionista do jovem como mero consumidor, dada a sua natureza de múltiplas experimentações de estilos e modismos. Alinhada a essas imagens caricaturais, amplamente difundidas na nossa sociedade, está a própria ideia de juventude como um momento de crise, de distanciamento da família, de rebeldia. Todos esses “modelos” genéricos impedem que a sociedade perceba o jovem como alguém a ser considerado na sua inteireza, alguém que constrói seu modo de ser jovem na vivência do seu dia a dia.

Contribuindo para a compreensão da noção do jovem como sujeito, Dayrell (2003) afirma que é preciso ressaltar a enorme diversidade existente entre a juventude, que pode ser caracterizada por raça, gênero, etnia, orientação sexual, regionalidade, aspectos socioeconômicos, meio urbano e rural entre outros inúmeros fatores que implicam em compreender e tratar o jovem como sujeito. Um sujeito, que faz parte, obviamente, de uma geração, mas que, no entanto, é dono de seus próprios desejos e aspirações. De acordo com o autor:

Dessa discussão, entendemos a juventude como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona. (...) É nesse sentido que enfatizamos

---

<sup>8</sup> Sociólogo, doutor em educação pela Universidade de São Paulo (USP), fundador e coordenador do Observatório da Juventudes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

a noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existentes (DAYRELL, 2003, p.42).

Assim, reconhecer o jovem como sujeito social significa: i) tratar o jovem como jovem, ou seja, como sujeito que vivencia uma fase importante da vida, fundamental para a sua formação, com necessidades próprias dessa fase; ii) conhecer com profundidade os jovens sujeitos com os quais lidamos, não reduzindo-os a uma idade, até os 18 anos, como fazem muitos programas e projetos de juventude; iii) não generalizar, como se a juventude fosse homogênea, sendo fundamental considerar a diversidade e, por consequência, o desafio em lidar com as diferenças; iv) lidar com o sujeito jovem é, também, assumir o compromisso de lutar pela juventude como um direito de ser e de viver dos jovens, conforme preconiza o Estatuto da Juventude (2013); v) compreender o jovem como ser ativo, protagonista de suas próprias histórias, que reflete sobre as suas condições e experiências de vida, responsável por seus posicionamentos e opiniões sobre si mesmo e sobre o mundo, dono de seus próprios desejos e propostas de melhoria de vida, e, por fim, sujeito aptos a conquistar plenamente a sua autonomia; vi) compreender o jovem como sujeito de desejos é entender que o desejo é a força motriz de qualquer ação. Para fortalecer esse impulso vital, é importante proporcionar atividades que ampliem o autoconhecimento do jovem, para que ele possa descobrir o que gosta, descobrir as suas próprias potencialidades, para que ele tome consciência dos seus direitos e para que ele encontre alternativas para os seus problemas e questões. Movimentar o que move o jovem é ativar o jovem, pois ele se mobiliza mais quando faz uso de si mesmo como recurso. Neste sentido, é fundamental ampliar as alternativas de acesso a bens culturais e a novas experiências, abrindo novos horizontes para o querer, permitindo que ele seja mais ele mesmo, mais aquilo que gosta, mais cidadão, descobrindo as suas próprias potencialidades e fazendo melhor uso delas; vii) promover o desenvolvimento integral do jovem por meio da educação, do trabalho, da cultura, da arte, das tecnologias da informação e da comunicação. Apresentar a cultura ao jovem como direito e não reduzida a uma visão instrumental como meio de tirar jovens do ócio ou das drogas. Cultura como catalizadora de expressão, de invenção, de intervenção e de participação no universo simbólico da sociedade, como meio lúdico que conecta o jovem com o direito ao lazer; viii) por fim, tomar os jovens como sujeitos é unicamente uma opção teórica e diz respeito a todos nós sobre tomar uma postura metodológica e ética.



IMAGEM 2 - Exposição de fotografias sobre as juventudes no carnaval de Belo Horizonte

Foto: Acervo pessoal

## 1.2 Política Pública para as Juventudes

Para a compreensão do grau de comprometimento que se deve ter na prática da postura metodológica e ética com relação ao jovem enquanto sujeito de singularidades e peculiaridades, é que se faz necessário perguntar: por que muitas vezes as políticas públicas<sup>9</sup> de juventude resultam ineficazes?

Segundo José Machado Pais<sup>10</sup> (2005), o essencial é que as políticas públicas se ancorem em bons diagnósticos e estudos rigorosos da realidade, sem jamais os perder de vista. Para tanto, o autor utiliza o conceito de “*grounded policies*: políticas de intervenção que tenham sempre por referência o chão que elas pisam”.

De acordo com Pais (2001), “as políticas públicas para a juventude têm por objeto uma realidade complexa: não somente porque as trajetórias dos jovens são complexas, mas porque elas decorrem em terrenos labirínticos”.

<sup>9</sup> Política pública é [...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o Governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os Governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26)

<sup>10</sup> Cientista social e professor universitário português. Licenciado em economia e doutor em sociologia pela Universidade de Lisboa, pesquisador e coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Foi professor visitante em várias universidades europeias e sul-americanas. Coordenou o Observatório Permanente da Juventude Portuguesa e o Observatório das Atividades Culturais.

Um exemplo da complexidade da trajetória labiríntica juvenil é um estudo realizado por Pais (1993) com jovens moradores da ilha de Açores que, inesperadamente, apesar de pesquisas aplicadas pelo Ministério da Educação nas escolas, mudavam com muita frequência seus interesses por cursos de formação a serem oferecidos na ilha. Somente após uma análise mais aprofundada é que se descobriu que a coleta de dados, que aparentemente pareciam “objetivos”, ocultava dados subjetivos e trajetivos<sup>11</sup> nascidos no desejo legítimo desses jovens de migrar e deixar a ilha para estudar e conhecer outras pessoas.

Este caso sugere o quanto projetos de intervenção e, em especial, para juventudes, podem ser equivocados se não forem embasados pela realidade vivida por seus beneficiários, considerando seus contextos de vida objetivos, subjetivos e trajetivos.

A respeito do jovem como sujeito social, Dayrell (2003), citando Charlot (2000), define o sujeito como alguém com abertura para o mundo e sua historicidade, sendo portador e movido por desejos e se relacionando com pessoas também sujeitas elas mesmas. Em uma dimensão um pouco mais reduzida, este mesmo sujeito é um sujeito social inserido no seu universo familiar, que por sua vez ocupa um lugar social e atua por meio de relações sociais; por fim, em uma instância ainda mais aproximada, este sujeito é um ser singular, com sua história singular, que interpreta e dá sentido ao mundo que o rodeia, dando sentido à posição que ele próprio ocupa no mundo, às suas relações com os outros, com a sua própria história e, por fim, à sua singularidade.

Para Dayrell (2003), o sujeito é ativo, age no mundo e sobre o mundo, produzindo a si próprio enquanto é produzido pelo conjunto das relações sociais que está inserido.

Charlot relaciona a noção de sujeito às características que definem a própria condição antropológica que constitui o ser humano, ou seja, o ser que é igual a todos como espécie, igual a alguns como parte de um determinado grupo social e diferente de todos como um ser singular. Nessa perspectiva, o ser humano não é um dado, mas uma construção. A condição humana é vista como um processo, um constante tornar-se por si mesmo, no qual o ser se constitui como sujeito à medida que se constitui como humano, com o desenvolvimento das potencialidades que o caracterizam como espécie (CHARLOT, 2000 *apud* DAYRELL, 2003, p.43)

O pleno desenvolvimento ou não das potencialidades do ser humano, segundo Dayrell (2003) vai depender da qualidade das relações sociais e do meio no qual ele se insere e está inserido. Da mesma forma, analisando o jovem com sua complexidade de

---

<sup>11</sup> Segundo abordagem de Gilbert Durand (1997), a trajetividade se situa no processo de simbolização no trajeto antropológico, colocando em “circulação e em relação as pulsões do sujeito e as intimações do meio; ou seja, o subjetivo e o objetivo, o pessoal e o social, o natural e o cultural”.

trajetórias possíveis e imprevisíveis, somado à mutabilidade das relações sociais e do meio que ele está inserido, é compreensível que o entendimento de participação não esteja atrelado a um conceito estável de cidadania, como descreve Reguillo (2004) ao citar o caráter essencialmente instrumental de cidadania fundamentada na educação para o trabalho. Esta cidadania normalizada como categoria estável de direitos e obrigações é habitualmente reconhecida pela maioria da população adulta e idosa como a única forma de cidadania.

Já para os jovens engajados que não fazem separação entre vida pessoal, manifestação política e lazer e vivem naturalmente em um emaranhado de expressões e expressividades, esta concepção estável de cidadania está, definitivamente, muito distante de tudo que a cerca. Neste sentido, Pais (2005) considera que as performatividades dos jovens devem “ser lidas como indícios de inquietação em relação aos sistemas fechados estabelecidos e que, de certa forma, assombram os sonhos de futuro das juventudes.

(...) Não é por acaso que estas performatividades se ritualizam em domínios da vida cotidiana mais libertos dos constrangimentos institucionais. Quais são esses domínios? Os do lazer, do lúdico, do cultural. Nestes termos, faz todo o sentido atrair o debate da cidadania e da participação social para o campo cultural (STEVENSON, 2001 e 2003 *apud* PAIS, 2005, p.65)

Segundo Pais (2005), é na incompreensão dessas culturas performativas que reside uma energia injustamente desprezada, onde o desejo de participação e de protagonismo dos jovens mora:

Temos possíveis rotas de abertura ao futuro, que pesquisadores e decisores políticos não poderão deixar de levar em conta, quando pensam nos instrumentos para orientar as políticas de juventude. Muitas performatividades das culturas juvenis são também manifestações de uma “arte aberta”, como diria Eco (1968) ao caracterizar o barroco. Arte aberta ao futuro. Desenhar políticas de juventude é desenhar *mapas de futuro*. Mas não valeria a pena desenhá-los se não houvesse viajantes para os percorrer. Que sentido podem os jovens dar à política se se sentem fora dela? (PAIS, 2005, p.65)

A partir de 2010, em Belo Horizonte, aconteceram algumas performatividades juvenis que resultaram em uma série de ocupações e carnavalizações realizadas nos finais de semana da capital, como relata Igor Oliveira:

A primeira Praia da Estação marcou uma ocupação lúdico-carnavalesca da praça, das muitas que ainda viriam acontecer por, pelo menos, mais três ou quatro meses, onde os jovens puderam desfilar sua irreverência, ironias, protestos e contestações contra o decreto, o executivo municipal e os rumos de desenvolvimento da cidade. Trajes de banho, sombrinhas (uma delas, colorida, viraria o símbolo da Praia da Estação), guarda-sóis, caixas de isopor, cangas, toalhas de banho, boias, cadeiras de praia, protetores solares, peteca, bola, adereços carnavalescos, faixas, cartazes, manequim com a foto do prefeito, músicas, instrumentos musicais e até um caminhão-pipa compuseram o

cenário da primeira “Praia” e delinear a natureza estética e simbólica daquele protesto (OLIVEIRA, 2012 *apud* MELO, 2014, p.44)

De acordo com o relato de Melo (2014) na primeira Praia da Estação, compareceram cerca de 500 pessoas que se aglomeraram no centro da cidade em um protesto estético e político que mesclava arte e festa, “pegou de surpresa tanto governantes quanto a própria imprensa oficial e até mesmo a mídia independente, reverberando em diversos portais de informações na internet e também em mídia impressa”.

Outros exemplos de experiências político-performáticas que aconteceram e continuam acontecendo na capital mineira são o Duelo de MCs que acontece semanalmente debaixo do Viaduto Santa Teresa, a ocupação do casarão Espaço Comum Luiz Estrela, o Laboratório de Expedições Urbanas (LEU), a Marcha das Vadias, entre outras, todas inseridas na dimensão da esfera pública, ocupando ruas, praças, espaços abandonados, entre outros cantos da cidade. Todas, cada uma à sua maneira, discutindo o uso do espaço público, provocando uma experiência política e de corpo na cidade, tal qual descreveu Pais.

Com relação ao Centro de Referência da Juventude não foi diferente, na falta de diálogo entre a PBH e o movimento das juventudes que reivindicavam a construção participativa de um projeto conceitual para o Centro, o espaço foi ocupado por jovens em maio de 2016.

Como é relatado a seguir no histórico das juventudes de Belo Horizonte, a forma como os jovens construíram e continuam construindo seus modos de intervenção e participação na cidade é fruto do processo de conquista da cidadania expresso na ocupação do espaço público de modo horizontal, lúdico, político, performativo e, por também, carnavalizado. A reinvenção da vivência na cidade, a cidade encarnada que se volta para a vida coletiva, tão menosprezada nas sociedades ocidentais e capitalistas, mas que se mostra, hoje, extremamente necessária para a legitimação de uma cidadania participativa.



IMAGEM 3 - Sarau Jovem Artista | Foto: Acervo Pessoal

### 1.3 Históricos das Juventudes em Belo Horizonte: lutas e conquistas

Não é mero acaso a construção de um espaço totalmente dedicado às juventudes na capital mineira. São anos de lutas, reivindicações e debates, muitas conquistas e inúmeros embates formando um histórico emaranhado e complexo que relataremos a seguir.

Como recorte específico para os jovens, no que se refere às políticas públicas de juventude, o marco histórico em Belo Horizonte é sem dúvida a Criação do Conselho Municipal da Juventude, em 1998. Este foi o primeiro órgão do gênero no país e, entre 1999 e 2001, o Conselho Municipal da Juventude de Belo Horizonte alçou projeção internacional, tendo papel importante no intercâmbio de políticas públicas de juventude e contribuindo para a estruturação da Unidade Temática de Políticas Públicas de Juventude (PPJ) da rede de cidades do MERCOSUL, onde é discutido pela primeira vez o CRJ no âmbito das políticas públicas de Belo Horizonte.

Após este período de efervescência, por motivo de mudança na liderança da PBH, as políticas de juventude pautadas a partir da esfera pública diminuem consideravelmente na cidade.

A reação a este quadro vem da sociedade civil, com destaque para a criação do Observatório das Juventudes da Universidade Federal de Minas Gerais (2002) e da realização de dois Seminários de Políticas Públicas de Juventude (2003 e 2004),

envolvendo em sua organização os grupos D-vEr.CidaDe CuLturaL e a Organização NãoGovernamental Contato - Centro de Referência da Juventude.

Excetuando-se a realização isolada da I e II Conferência Municipal da Juventude (2002 e 2004), a Prefeitura de Belo Horizonte só voltou a pautar a temática em 2005, através da Criação da Coordenadoria Municipal da Juventude, no contexto da criação da Secretaria Nacional de Juventude e como efeito da mobilização do Fórum das Juventudes da Grande Belo Horizonte, criado em 2004 e que estende o alcance da temática para toda a região metropolitana. Coube a esta organização o mérito de dar nova visibilidade a pauta de construção do CRJ como um equipamento a ser gerido pelo poder público, durante os trabalhos da III Conferência Municipal da Juventude em 2006.

Após cinco anos, em agosto de 2011, o então prefeito Marcio Lacerda<sup>12</sup> anuncia a intenção de construir o Centro de Referência da Juventude. Na solenidade de lançamento da proposta é apresentado somente o projeto arquitetônico do espaço, motivo pelo qual os representantes dos movimentos juvenis questionam e solicitam participar da elaboração de um projeto conceitual para o CRJ. Neste mesmo ano, por diversas vezes, o Fórum das Juventudes insiste nesta solicitação sem obter retorno algum.

Em julho de 2012, a PBH oficializa parceria com o Governo do Estado para a construção do CRJ. Em 2013, é apresentada a primeira proposta de ações a serem implementadas no CRJ, fruto de uma consultoria do Centro de Estudos Avançados do Recife (CESAR). Tal proposta foi totalmente rechaçada pelos jovens e pelos movimentos juvenis por não terem sido incluídos no processo de elaboração do projeto.

Em dezembro de 2014 o espaço é inaugurado pela PBH e pelo Governo do Estado, que se preparava para o encerramento do mandato, em uma cerimônia a portas fechadas para a população. Quase um ano depois, em outubro de 2015, é realizada uma audiência pública na Câmara Municipal de BH, na qual as juventudes expõem sua demanda por uma gestão compartilhada do CRJ. Em apoio à sugestão apresentada pelo Fórum das Juventudes é realizado um acordo com a Prefeitura e com o Governo do Estado para ser encaminhada a criação de uma comissão mista para planejamento e realização de um seminário sobre políticas públicas para a juventude, no qual seria discutida, com a cidade, a melhor forma de gestão para o espaço.

Durante a reunião da comissão, em janeiro de 2016, foi estabelecido que o Seminário deveria ocorrer no começo de abril daquele ano. Contudo, nada foi feito a

---

<sup>12</sup>Marcio Lacerda (PSB) foi prefeito de Belo Horizonte por dois mandatos, 2009/2012 e 2013/2016



respeito e tampouco foram convocados novos encontros com a comissão para esclarecimento do assunto.

Em maio de 2016, a PBH apresentou uma segunda proposta de projeto para o CRJ, que previa ações fruto de diversas parcerias definidas por critérios pouco transparentes que alienavam o poder público municipal de investir recursos financeiros no equipamento e não ofereciam garantias de comprometimento em, de fato, construir e efetivar uma política pública de juventude, função e objetivo maior do Centro de Referência da Juventude.

Diante da nova proposta e do histórico de atuação da então gestão da PBH em relação ao CRJ, em maio de 2016, o espaço foi ocupado por movimentos, coletivos, grupos e ativistas autônomos da cidade e da região metropolitana, que exigiam o funcionamento do equipamento a partir de metodologias construídas pelas diversidades de juventudes e por meio de um modelo de gestão compartilhada entre instâncias governamentais e representações da sociedade civil e jovens.

Importante destacar que a ocupação do espaço do CRJ, mais do que uma tomada de território, representou um marco definitivo na construção de novas relações entre os jovens e a Prefeitura de BH. Desobediência civil, negação das formas de representatividade, descrédito da política, dos sindicatos e das diretorias, as ocupações que se espalharam por todo o país significaram verdadeiros gritos de socorro da sociedade para a construção de novas dimensões sociais, horizontalidade de relações, participação política, dentre outras questões que abordaremos com mais atenção à frente no texto.

Por fim, compreendendo a pertinência dos questionamentos da ocupação, o Ministério Público de Minas Gerais instaurou um inquérito civil público que versava sobre a apuração de responsabilidades e promoção das medidas judiciais e extrajudiciais necessárias ao pleno funcionamento do CRJ. A atuação do Ministério Público de Minas Gerais, neste caso, foi de construir um Termo de Pactuação, no qual ficou sob a responsabilidade da Prefeitura de Belo Horizonte: i) abrir o espaço para o público ii) implantar um comitê paritário de gestão compartilhada entre poder público e sociedade civil iii) realizar um seminário que visasse à construção e alinhamento das diretrizes norteadoras e de um plano de ação para o CRJ. Outras medidas operacionais - encaminhamentos relativos ao pleno funcionamento do espaço, como alvará do Corpo de Bombeiros e licenciamento urbano - foram pactuadas e deveriam ser priorizadas pela PBH.

Após a intervenção do Ministério Público, a gestão do espaço foi conferida à Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte, devido à sua vocação para processos compartilhados e coletivos e sensibilidade para as causas das juventudes. Dessa forma, o espaço foi aberto ao público e passou a operar em formato emergencial. Foi organizado um seminário para discutir a política pública de juventude a ser implementada no local, mas um desentendimento entre grupos juvenis ligados a partidos políticos, desmobilizou e interrompeu o nascimento de um processo democrático conquistado pelas juventudes para o CRJ.

Alguns meses depois, a partir de um edital publicado pela PBH, os movimentos e instituições representativas das juventudes se candidataram a participar da gestão do CRJ e a eleição do Comitê Gestor foi realizada com sucesso em dezembro de 2017.

A primeira ação do Comitê Gestor foi articular a data para realização de um novo seminário para discussão de um projeto a ser implementada no CRJ, desta vez para abril de 2017. É importante registrar que, em maio de 2017, o Comitê Gestor, com todos seus membros, foi instituído oficialmente pelo novo prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil<sup>13</sup>.



IMAGEM 4 - Juventudes e grafite| Foto: Acervo Pessoal

---

<sup>13</sup> Alexandre Kalil (PHS) é o atual prefeito de Belo Horizonte, mandato 2017/2020.

#### **1.4 Política Universal, Focada e Afirmativa**

Qual seria a política pública mais adequada a ser implementada no Centro de Referência da Juventude de Belo Horizonte?

É perceptível, hoje, na sociedade brasileira uma crescente conscientização em torno da necessidade de implementação de políticas públicas<sup>14</sup> destinadas à juventude. Não somente políticas reparatórias e compensatórias mas sobretudo políticas elaboradas em torno de valores e objetivos sociais que promovam o desenvolvimento e a construção da cidadania nos jovens.

Segundo Rua (1998), as políticas públicas brasileiras em geral, com destaque para as juvenis, são fragmentadas e ficam à deriva em um mar de ações com pouca ou nenhuma conexão, sofrem de descontinuidade administrativa, agem em resposta a ofertas e não a demandas diagnosticadas o que gera um abismo entre o seu processo de formulação e a implementação. Junto a isso, há também o fato de que os governos muito frequentemente não têm clareza a respeito do papel dos jovens no modelo de desenvolvimento do país.

Outro ponto importante é sobre o antagonismo que se criou entre políticas universais<sup>15</sup> e políticas focalizadas<sup>16</sup>. Castro (2004) afirma que políticas universais não são suficientes, pois são necessárias políticas que atendam cada grupo identitário a partir das suas singularidades. Analisando por outro lado, há o direito dos desiguais de alcançarem a universalidade. Neste sentido, Castro sugere a “transversalidade das políticas” que identificaria desigualdades ao mesmo tempo em que consideraria as necessidades específicas de cada área ou grupo social.

O Centro de Referência da Juventude de Belo Horizonte, único exemplar em meio aos mais de 800 municípios de Minas Gerais, certamente não poderia fechar os olhos para as juventudes em geral, mas, também não poderia deixar de ver aqueles que têm suas vidas marcadas, diariamente, por desigualdades, discriminações e opressões.

Por este raciocínio, para o Centro de Referência da Juventude não bastaria a construção de políticas públicas superficiais, que não considerem, por exemplo, o histórico cultural de cada identidade, conforme veremos a seguir no diagnóstico das

---

<sup>14</sup> Segundo SPOSITO e CARRANO (2003) é preciso não confundir políticas públicas com políticas governamentais. Órgãos legislativos e judiciários também são responsáveis por desenhar políticas públicas. De toda a forma, um traço definidor característico é a presença do aparelho público-estatal na definição de políticas, no acompanhamento e na avaliação, assegurando seu caráter público, mesmo que em sua elaboração e realização ocorram parcerias.

<sup>15</sup> No Brasil, o SUS é uma política pública universal que entende a saúde como direito de todos e como dever do Estado.

<sup>16</sup> Distribuição de bolsas, de bens e serviços para os mais pobres ou os muito pobres são alguns exemplos de políticas públicas focalizadas no país.

juventudes em Belo Horizonte. É necessário ir além e desconstruir antigas relações sociais, modificando as fontes que produzem as desigualdades.

A partir daí, ações afirmativas bem construídas teriam potencial de influenciar o todo e poderiam contribuir para formar uma sociedade alternativa àquela que reproduz mecanismos de desigualdades. Junto a isto, seria fundamental entender que as políticas afirmativas não deveriam ser vistas apenas como um acerto de contas, tampouco como regalias, mas sim como direito de muitos marcados historicamente por injustiças sociais.

Os principais grupos identitários que atuam hoje, com fôlego, no propósito de estruturar políticas públicas a partir de ações afirmativas, são o movimento feminista, o movimento negro e, com muita luta e esforço, o movimento LGBTIQ. Tais movimentos enfrentam o desafio de não ficarem reduzidos a estruturar planos em nível executivo e garantir que os movimentos sociais tenham representatividade na formulação das políticas, mas também defendem que, como beneficiários das políticas é necessário legitimar enfoques de gênero, de cunho antirracista e não discriminatório ao serem reconhecidos dentro de suas singularidades nas políticas universais.

De acordo com Castro (2004), ações afirmativas visam garantir oportunidades - por meio de ações legais e programas - para aquelas pessoas que têm a sua vida marcada por discriminações e opressões. No entanto, o movimento de direitos humanos e as políticas de ações afirmativas reconhecem que as desigualdades sociais multiplicam-se, em outras palavras, mesmo entre os excluídos socialmente por razão da sua classe social, existem aqueles que sofrem outras exclusões, por exemplo, os jovens negros que se encontram em pior situação que os jovens brancos quanto à taxa de empregabilidade.

Outro ponto bastante discutido, é o fato de que o Estado não deveria intervir somente na economia como agente de bem-estar social. Há muitos outros sistemas de discriminações, opressões e explorações em vigor no país. Conceitualmente, as políticas de ações afirmativas<sup>17</sup> são orientadas a desconstruir relações sociais afim de alterar os ciclos que reproduzem as desigualdades. Ações dessa natureza são denominadas de “marco redistributivo<sup>18</sup>”, pois exigem que o Estado vá além de um protocolo de intenções,

---

<sup>17</sup> De acordo com o ministro Joaquim Gomes, ações afirmativas “definem-se como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física.” (Coleção Educação para Todos, 2005)

<sup>18</sup> Sobre este tema, Castro ainda acrescenta “insisto na tese de que as políticas de ação afirmativas vão além das cotas, porque mesmo se específicas, focalizam necessidades, delimitam programas para recompor defasagens, tocam em diferenças estruturais e culturalmente modeladas e têm potencialidade redistributiva ou compensatória e de contribuir para o princípio de autonomia” (CASTRO, 2004, p.11).

reserva de cotas e programas pontuais, para um plano mais abrangente que altera toda a estrutura orçamentária destinada àquela política.

Sendo o CRJ um equipamento público de gestão governamental, é possível concluir que as diretrizes norteadoras de um projeto a ser implementado neste espaço deveriam buscar a diminuição das desigualdades de oportunidades, sem que as diferenças identitárias (cultura, construção histórica) sejam esquecidas. O direito à diversidade é um dos principais direitos humanos e precisa ser respeitado e garantido. Há vários tipos de jovens hoje que precisam de espaço para representar e vivenciar seus direitos.

Por fim, vale destacar uma ideia bastante pertinente para a compreensão das políticas públicas destinadas aos jovens no Brasil, de que a conformação das ações e programas públicos não é consequência somente dos desenhos de origem, sendo neste caso de concepção geracional, mas que, também, sofrem influência, por outro lado, provocando modulações nas imagens dominantes que a sociedade constrói sobre seus sujeitos, nesse caso em específico, os jovens. Dessa maneira, entende-se que as políticas públicas de juventude não seriam mais apenas o retrato passivo de formas dominantes de conceber a condição juvenil, as PPJs teriam poder de agir, ativamente, na produção de novos olhares e novas representações do jovem em sociedade.



IMAGEM 5 - Juventudes | Foto: Acervo pessoal

---

O que se pretende destacar aqui, é que tanto a focalização quanto a universalização, como estilos de política social, aliadas às ações afirmativas, se combinam sob a concepção de justiça redistributiva.

## 2. SITUAÇÃO DAS JUVENTUDES HOJE

Para contribuir com a análise das propostas de intervenção para o CRJ, é que se segue um breve diagnóstico das juventudes em Belo Horizonte, apresentando-se referências e dados estatísticos nos âmbitos federal, estadual e, principalmente, municipal.

Os dados revelam situações de vulnerabilidade e de falta de oportunidade que atingem as juventudes no país. Violência contra as juventudes, genocídio de jovens negros, pobres e periféricos, mulher jovem: violência e assédio, desigualdades no mercado de trabalho entre homens, mulheres e mulheres negras e homofobia foram temas recorrentes nos relatórios e índices de vulnerabilidade da juventude.

Segundo dados mencionados na introdução desse trabalho, o Brasil vive um *boom* demográfico da sua população jovem. A estimativa nacional, hoje, é de que 25% da população brasileira seja jovem, o que significa um quarto ou mais de brasileiros com idade entre 15 e 29 anos. Para Minas Gerais, a perspectiva é igual à nacional.



IMAGEM 6 – Ilustração *boom* demográfico | Elaboração própria

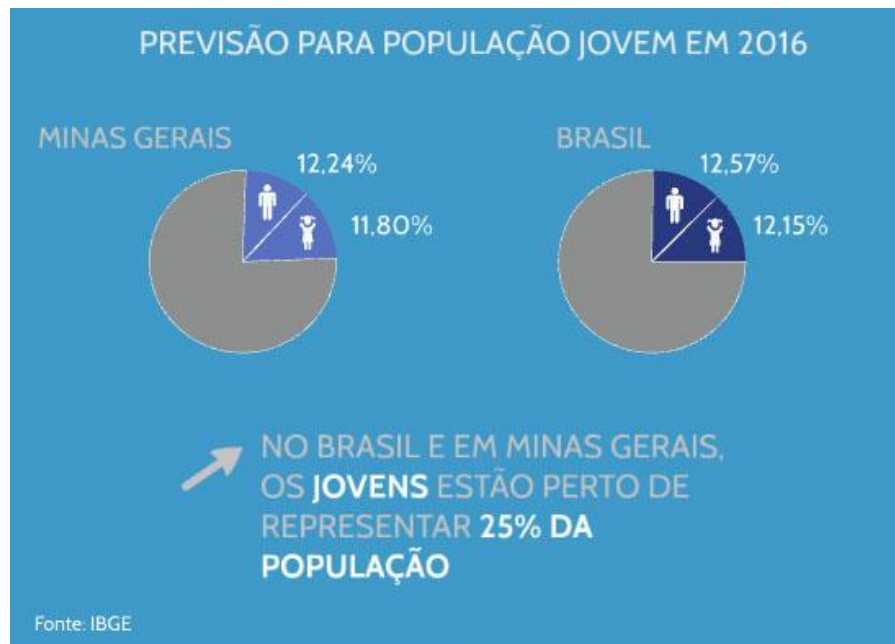


GRÁFICO 1 – População Jovem 2016 | Elaboração própria

Segundo a CEPAL, o investimento brasileiro em políticas públicas para a juventude está em aproximadamente 11% da arrecadação, uma proporção insuficiente se considerado o seu peso demográfico.

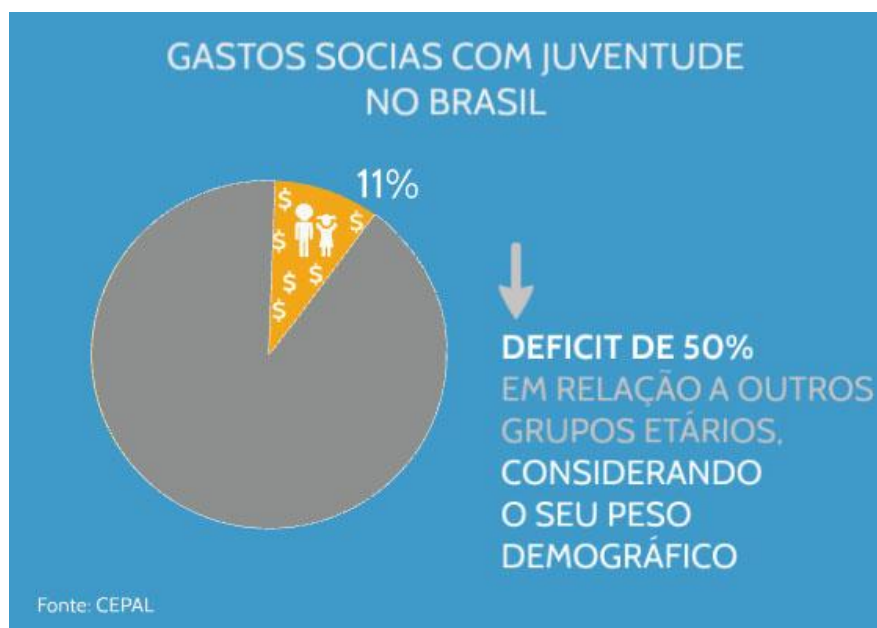


GRÁFICO 2 – Investimento em Juventude | Elaboração própria

Outro dado importante é o fato de que a cada dois desempregados hoje no Brasil, um é jovem. Do total dos jovens empregados, 65% trabalham na informalidade.



IMAGEM 7 – Ilustração Desemprego no Brasil | Elaboração própria



GRÁFICO 3 - Juventude na informalidade | Elaboração própria

Outro dado alarmante é que, no Brasil, a cada três presos dois deles são jovens e a principal *causa mortis* entre jovens de 15 a 29 anos é o homicídio. O número de jovens negros assassinados é três vezes maior do que de jovens brancos.





IMAGEM 8 – Ilustração Juventude atrás das grades | Elaboração própria

Segundo previsão do IBGE, o cenário em Belo Horizonte não é diferente, em 2017, a população da capital mineira alcançaria pouco mais de 2 milhões e 500 mil pessoas, e de acordo com o Censo 2010, são 632.250 mil jovens belorizontinos com idade entre 15 e 29 anos, o que representa pouco mais do que a previsão nacional, 26,6% das pessoas residentes no município. Desse total, 13,65% se declaram do sexo feminino e 12,95% do sexo masculino, 11,67% se autodeclaram brancos e 14,56% negros conforme ilustra o gráfico a seguir.

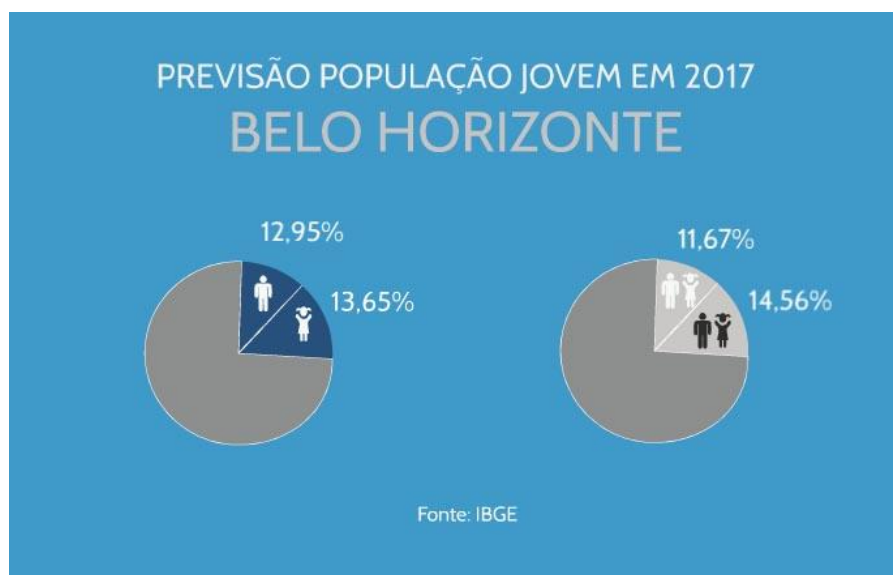


GRÁFICO 4 – População jovem em Belo Horizonte | Elaboração própria

## 2.1 Homicídios de Jovens Negros e Pobres

Em Belo Horizonte, quase 30%, ou seja, cerca de 180 mil jovens vivem sob o risco elevado ou muito elevado de vulnerabilidade social segundo dados do Censo 2010/IBGE ancorados em critérios socioeconômicos, de infraestrutura e de características do espaço urbano.



IMAGENS 9, 10 e 11 – Ilustração Genocídio da Juventude Negra | Elaboração própria

Assim como o índice nacional de homicídios, de acordo com o estudo local de 2012 da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), para cada homem branco assassinado, pelo menos três negros são mortos. Esses dados confirmam a situação de risco em que vive a população negra, do sexo masculino em Belo Horizonte.

Estes jovens, moradores de vilas, favelas e periferias de Belo Horizonte, são os sujeitos que mais precisam tomar consciência e efetivar seus direitos enquanto jovens cidadãos.

O Centro de Referência da Juventude, por se tratar de um equipamento, parte integrante de um pensamento de política pública para a juventude na Grande BH, utilizando-se desses dados, teria subsídios suficientes para considerar estes jovens periféricos como público prioritário e beneficiário direto das ações promovidas no equipamento. Todavia, por se tratar de indivíduos que vivem, majoritariamente, às margens da cidade, eles dificilmente chegariam até o centro da cidade sem uma política de mobilidade urbana que lhes atendesse para este fim. Este é o primeiro de uma série de desafios que já estão postos para o CRJ: trazer os jovens mais periféricos e as juventudes invisibilizadas para dentro do Centro para que possam usufruir das oportunidades ofertadas ali.

## **2.2 Indicadores BH para a Juventude**

Para garantir subsídios à discussão sobre os rumos da política pública para a juventude na capital mineira foi elaborado pela ONG Kairós Desenvolvimento Social o Sistema de Indicadores Nossa BH. A partir de diversas fontes, como IBGE, DATASUS, Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), foram elaborados cinco indicadores para o tema Juventude, ancorados em dados da Secretaria Municipal de Saúde e do Censo 2010/IBGE, sendo eles: Curetagem pós-aborto juvenil; Mães adolescentes; Adolescentes responsáveis por domicílio; Medidas socioeducativas em meio aberto; e Homicídio juvenil masculino.

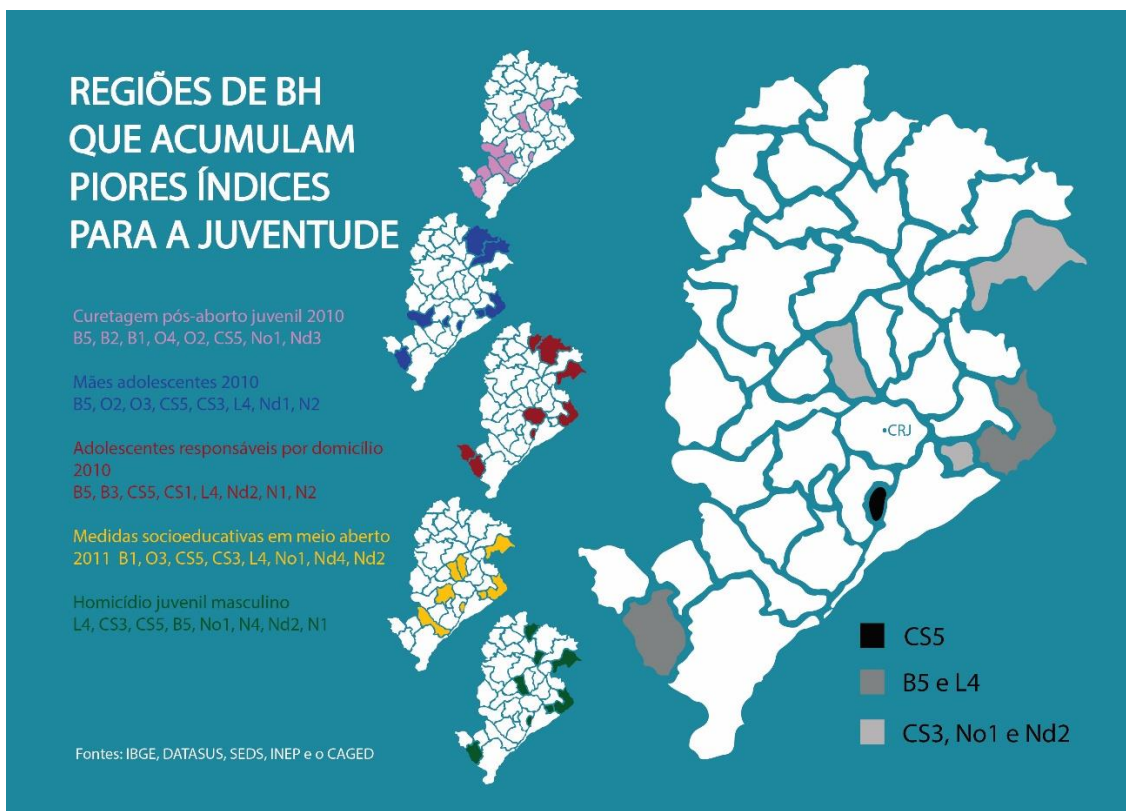


GRÁFICO 5 – Regiões com piores índices de Juventude em BH | Elaboração própria

Das quarenta áreas da cidade de Belo Horizonte, segundo os indicadores de juventude do Sistema Nossa BH, a CS5 - composta pelas vilas Estrela, Santa Rita de Cássia e Barragem Santa Lúcia - é a mais vulnerável, pois figura com os piores índices em todos os indicadores citados. Já as regiões L4 - Alto Vera Cruz, Baleia, Cidade Jardim Taquaril, Granja de Freitas, Taquaril e Vila da Ária - e B5 - Águas Claras, Castanheira, CDI Jatobá, Distrito Industrial do Jatobá, Ernesto Nascimento, Independência, Jardim do Vale, Marieta 1ª Seção, Mineirão, Olaria, Santa Cecília, Santa Rita, Vale do Jatobá, Vila Batik, Vila Ecológica, Vila Formosa, Vila Independência, 1ª, 2ª e 3ª Seção, Vila Mangueiras, Vila Petrópolis, Vila Pinho e Vitória da Conquista -, são reincidentes em quatro dos cinco indicadores. Por fim, com índices ruins em três indicadores, estão as regionais CS3, composta pelas vilas do aglomerado da Serra e do São Lucas, e a regional NO1, composta pelos bairros Aparecida, Bom Jesus, Bonfim, Ermelinda, Lagoinha (parte), Nova Cachoeirinha, Nova Esperança, Pedreira Prado Lopes, São Cristóvão (parte), Santo André, Senhor dos Passos, Sumaré, Vila Maloca, Vila Nova Cachoeirinha 1ª e 2ª Seção, e a ND2, Bela Vitória, Goiânia, Guanabara, Mirtes, Morro dos Macacos, Pousada Santo Antônio, São Benedito, Vila da Luz, Vila Maria e Vitória.

Estudos combinatórios como este do Nossa BH, permitem enxergar as localidades mais vulneráveis para a juventude de BH e poderiam servir de guia para o planejamento das mobilizações a serem realizadas futuramente pelos monitores do CRJ. Todavia, vale destacar que estando localizado no Centro da cidade, o CRJ possui vantagens se comparado a outros centros culturais da Prefeitura, pois, por ali, circulam pessoas de todos os bairros da capital e da Região Metropolitana de Belo Horizonte, visto que inúmeros serviços para o cidadão são oferecidos no centro da cidade. Sendo assim, é maior a probabilidade de abordagem de jovens oriundos de todas as regionais no caso de mobilizações realizadas nos arredores do CRJ. Entretanto, ações deste tipo não descartam a necessidade de mobilizações focalizadas nas regiões mais vulneráveis citadas no gráfico anterior, por exemplo.

### **2.3 Índice de Vulnerabilidade Juvenil**

Em consonância com os dados analisados pelo Nossa BH, o Índice de Vulnerabilidade Juvenil de Belo Horizonte (IVJ-BH), elaborado e divulgado pela Prefeitura de BH em dezembro de 2016, traz dados que indicam se ainda mais grave a situação da juventude em BH. A iniciativa é resultado de um grupo de trabalho intersetorial da PBH, com apoio do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP–UFMG), que reuniu dados do IBGE de 2010, de diferentes áreas em todo o território municipal, avaliando a dimensão social, entre outros fatores ligados à juventude.

O índice compõe o “Cidade para Todos”, uma das áreas do Plano Estratégico BH-2030, e permite o monitoramento das ações em andamento, contribuindo também para a melhoria do acesso do público jovem aos recursos de educação, saúde, segurança e inserção econômica de BH.

Segundo o site da Prefeitura, o Planejamento Estratégico BH-2030<sup>19</sup> prevê a inserção do jovem como foco específico dos programas governamentais do município e

---

<sup>19</sup> Planejamento Estratégico de Belo Horizonte – Versão 2016. Disponível em: <https://bhmetaseresultados.pbh.gov.br/content/planejamento-estrat%C3%A9gico-2030> Acessado em 11/09/2017. São eles: “I) Multiplicar oportunidades de trabalho e promover ambiente favorável à criação e ao desenvolvimento de negócios, impulsionados por serviços de valor agregado, capital humano qualificado e inserção competitiva nas redes nacional e mundial de cidades; II) buscar qualidade de vida para todos, sustentada na eficiente organização do espaço urbano e em redes colaborativas de serviços que se estendem pela região metropolitana; III) promover a sustentabilidade ambiental, resultante da universalização do saneamento básico, da preservação de áreas verdes, da recuperação de áreas degradadas, da redução das emissões de poluentes, da eficiência energética e da boa capacidade de prevenção, mitigação e adaptação diante de ocorrências adversas de grande escala; IV) assegurar as melhores condições de mobilidade,

está em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), pacto global da Organização das Nações Unidas (ONU), que demarcou em diversas metas a importância da participação das crianças e dos adolescentes para que seja possível alcançar os objetivos estabelecidos.

O Índice de Vulnerabilidade Juvenil é composto por sete indicadores: i) percentual de população jovem de 15 a 29 anos (baseado no ano de 2010); ii) percentual de crianças de 10 a 14 anos que trabalham (2010); iii) renda domiciliar média (2010); iv) taxa de abandono escolar no ensino médio (2013-2015); v) taxa de distorção entre idade e série (2013-2015); vi) taxa média de homicídio da população masculina com idade entre 15 e 29 anos (2013-2015); e, vii) taxa de fecundidade na faixa etária de 15 a 19 anos.

Foram realizados estudos e diagnósticos nos 40 territórios do mapa de Belo Horizonte, a partir dos quais foram criados mapas temáticos para cada um dos indicadores, sendo possível verificar as áreas que vivenciam as situações mais frágeis. A reunião de todos estes dados gerou o indicador final, o Índice de Vulnerabilidade Juvenil de Belo Horizonte, que varia de 0 a 100 pontos, sendo que, quanto mais próximo de 0, menor é a vulnerabilidade do território.

---

acessibilidade e conectividade em todo o espaço urbano e contribuir para a sua melhoria em âmbito metropolitano; V) consolidar ambiente político-institucional de qualidade, baseado na integração metropolitana e em gestão pública democrática e participativa; e VI) propiciar ambiente social que estimule a convivência alegre e saudável entre as pessoas” (PBH, 2013, p.11)

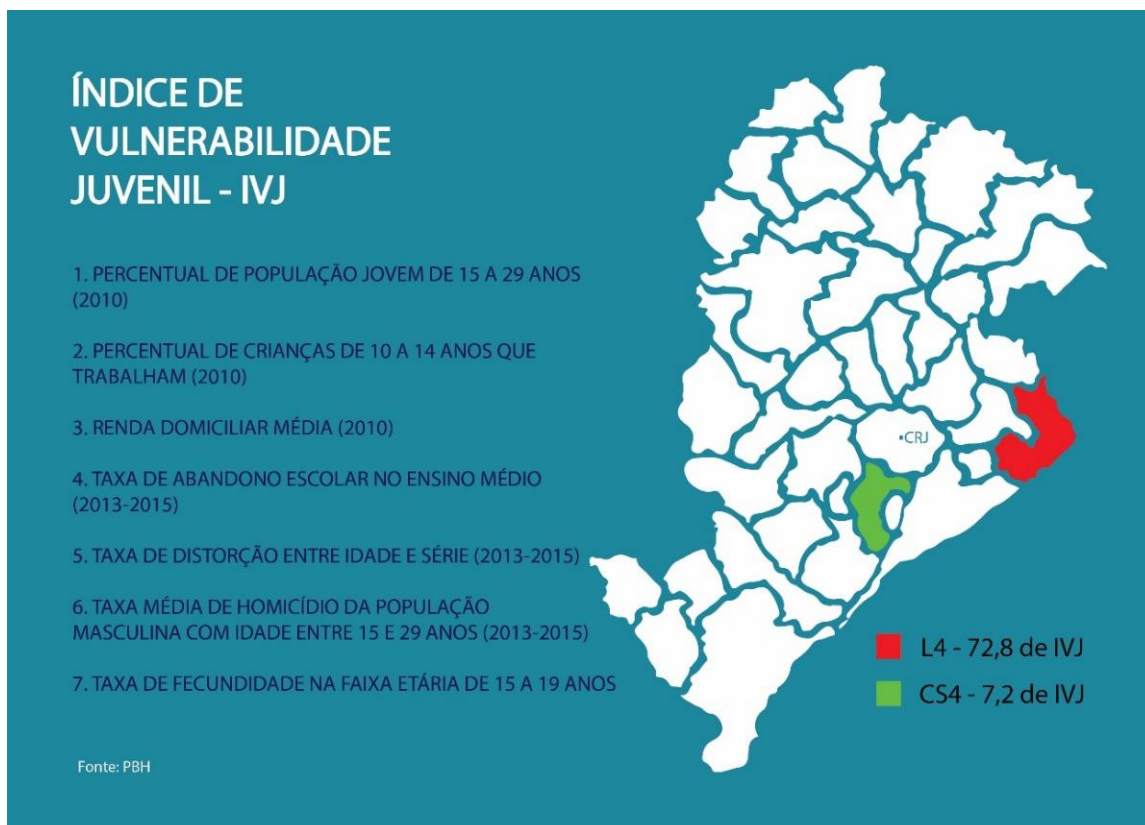


GRÁFICO 6 – Mapa do Índice de Vulnerabilidade Juvenil em BH | Elaboração própria

No cálculo final do IVJ-BH, o menor valor registrado foi de 7,2 pontos, pertencente ao território CS4, composto pelos bairros Cidade Jardim, Coração de Jesus Luxemburgo, Santa Lúcia, Santo Antônio, São Bento, São Pedro e Vila Paris, na Regional Centro-Sul. Já o maior valor, 72,8 pontos, foi marcado pelo território L4, compostos pelos bairros Alto Vera Cruz, Baleia, Cidade Jardim Taquaril, Conjunto Taquaril, Granja de Freitas, Taquaril e Vila da Área, na Regional Leste.

Um dado importante a destacar é o fato de que foi necessário realizar a imputação de dados para os Territórios de Gestão Compartilhada (TGC) CS5 (Aglomerado Barragem Santa Lúcia) e O3 (Aglomerado Morro das Pedras), pois para os dados provenientes da amostra do Censo Demográfico 2010, os TGCs<sup>20</sup> CS5 e CS3 não correspondem a uma área de expansão do Censo 2010 e são denominadas Áreas de Ponderação:

(...) os critérios estabelecidos pelo IBGE no momento de delimitação das áreas de ponderação para os municípios com mais de 500 mil habitantes, era necessário que a unidade espacial delimitada, além da contiguidade física,

<sup>20</sup> Territórios de Gestão Compartilhada, denominação dada pela Prefeitura a cada área subdivida de Belo Horizonte.

dispusse de no mínimo 400 domicílios amostrados que, considerando a fração amostral de 5% aplicada ao município de Belo Horizonte, representava um quantitativo de, no mínimo, 8 mil domicílios. Como as áreas de ponderação do município foram definidas de acordo com a delimitação dos TGCs, os dois Territórios acima mencionados, CS5 e O3, não atenderam ao critério mínimo de unidades domiciliares amostradas e as informações coletadas nessas áreas agregadas com as unidades vizinhas, não sendo possível recuperar informações específicas dessas unidades espaciais nos microdados da amostra (RELATÓRIO IVJ, 2016, p.14)

Além disso, os TGCs CS5 e O3 não possuem escolas de Ensino Médio na região. Sem dados do Censo Escolar, não foi possível apurar indicadores para os TGCs. A solução encontrada foi a de imputar dados da região CS3, de características sócio demográficas semelhantes aos dois TGCs.

Comparando os dados resultantes do IVJ com os Indicadores Nossa BH percebe-se que há uma ampla lacuna nos estudos do IVJ com relação aos territórios que obtiveram os dados imputados, sendo que a região CS5, que obteve, no estudo Nossa BH, o índice de maior vulnerabilidade juvenil em BH, no estudo do IVJ, não foi nem ao menos citada, o que, evidentemente, gera uma grave contradição entre os dois estudos.

Na prática, pode-se concluir que é preciso buscar alternativas para as áreas citadas em ambos os estudos apresentados. Estas áreas, na sua maioria compostas por vilas e favelas, muitas vezes também são áreas periféricas da capital mineira. Novamente são obtidos indícios de que os jovens moradores dessas regiões são as principais vítimas das desigualdades e da falta de oportunidades na capital mineira, sendo esta população, portanto, a primeira candidata a ser focalizada como público prioritário das políticas públicas de juventude em Belo Horizonte e principal beneficiária das atividades a serem desenvolvidas no Centro de Referência da Juventude. O atendimento às expectativas dessa população, suas necessidades, sua escola, sua família e sua comunidade, deveriam ser norteadoras das diretrizes do projeto de intervenção para as juventudes a ser implementado no CRJ.

## **2.4 Jovens e Mulheres**

Dados de 2015 da Secretaria de Defesa Social de Minas Gerais, afirmam que a mulher vítima de violência no Estado é parda ou negra, tem entre 25 e 44 anos de idade e não chegou ao ensino médio.





IMAGEM 12 – Ilustração Violência Contra Mulheres | Elaboração própria

Conforme apresentado no infográfico acima, cerca de 60% das vítimas de violência doméstica e familiar contra a mulher em Minas Gerais têm a cor parda e negra. Brancas representam 33%. A maior incidência ocorre entre as mulheres que têm ensino fundamental incompleto (23%), aquelas que são apenas alfabetizadas são 21%, as mulheres com ensino fundamental completo somam 9% e aquelas com ensino médio incompleto são 9% do total das vítimas no Estado. A violência atinge principalmente mulheres na faixa etária de 25 a 34 anos (30%), e de 35 a 44 anos (23%). Vítimas de 18 a 24 anos de idade são 20% do total.

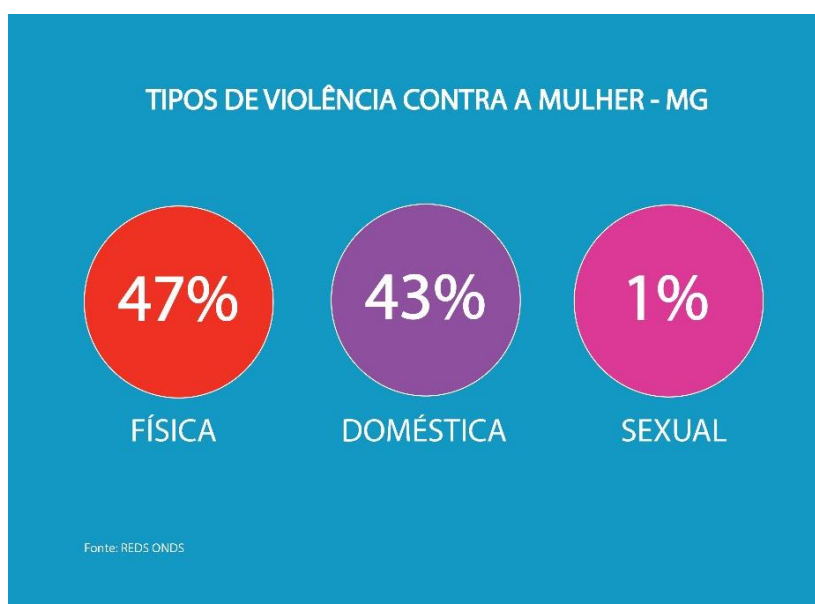


IMAGEM 13 – Ilustração Violência Contra Mulheres | Elaboração própria

No ambiente doméstico e familiar, o tipo criminal contra a mulher que mais se destaca no Estado é o da violência física, com 47% do total, aí incluídos homicídios, lesão corporal e vias de fato/agressão. Em segundo lugar está a violência doméstica, com mais de 40% dos casos registrados. Trata-se, segundo a Lei Maria da Penha, dos casos de abandono material, atrito verbal, constrangimento ilegal, maus tratos, perturbação do trabalho ou do sossego alheio, sequestro e cárcere privado e violação de domicílio.

Outros tipos de violência têm baixa representatividade sobre o total. A violência sexual, que reúne assédio, estupro, estupro de vulnerável, importunação ofensiva ao pudor e outras infrações contra a dignidade sexual da família têm uma participação de 1% nos registros de violência familiar e doméstica contra a mulher.

Sobre as mulheres no mercado de trabalho, com base na PNAD, entre 2004 e 2014, o gráfico a seguir sugere que mesmo no período de quase pleno emprego que o mercado de trabalho vivenciou nos últimos anos, as desigualdades raciais e de gênero continuaram menos sensíveis às mudanças conjunturais (Gráfico elaborado pelo Núcleo de Gestão de Informações Sociais do IPEA, 2016).



GRÁFICO 7 – Taxa de Desocupação de Jovens, por gênero e cor | Fonte: IPEA, 2016.

Como pode ser visto, as mulheres aparecem no topo das taxas de desocupação quando comparadas aos segmentos masculinos, merecendo especial destaque as mulheres negras (10,2%), mais suscetíveis ao desemprego. Apenas a título de comparação, os homens brancos possuíam, em 2014, taxa de desocupação de 4,5%, ilustrando a disparidade de gênero e cor que ainda atravessa as relações de trabalho.

## **2.5 Juventudes LGBTIQ**

Historicamente, o homossexualismo é visto como uma prática antinatural e imoral tendo sido caracterizado como crime em alguns países, por exemplo na Inglaterra. A discriminação da orientação sexual, tangencia a questão de gênero, e tem origem no preconceito contra a homossexualidade.

Hoje em dia nota-se um aumento do nível de tolerância social e jurídica aos homossexuais, mas episódios de violência explícita permanecem atingindo gays e lésbicas, na sua maioria jovens.

Ainda há muito a percorrer para que a diminuição das práticas discriminatórias que geram violência, que impedem o acesso ao emprego ou a ascensão profissional e naturalizam o assédio moral em locais públicos, em ambientes familiares ou de trabalho, alcance resultados em benefício da população LGBTIQ.

O Ministério de Direitos Humanos elaborou um relatório com dados estatísticos de 2013 a respeito da homofobia no Brasil. Deste relatório, serão destacadas as informações relacionadas à faixa etária das vítimas, conforme a seguir.

A grande maioria das vítimas LGBTIQ é jovem, com 54,9% de vítimas entre 15 e 30 anos. Em 2012, também a população entre 15 e 29 anos foi a maioria dos infringidos pela violência homofóbica, somando 61,16%. É interessante mencionar que a população mais jovem é também a população que tem mais acesso às redes sociais e às informações sobre os canais de denúncia ao poder público.



GRÁFICO 8 – Homofobia no Brasil |

Fonte: Ministério de Direitos Humanos, 2013.

Segundo o Ministério dos Direitos Humanos, a grande maioria das vítimas de violências homofóbicas, 92,1%, é do sexo biológico masculino. Vítimas do sexo biológico feminino são 6,6%. A categoria “Não informado” (1,3%) reúne os casos em que os ataques homofóbicos não foram direcionados para sujeitos específicos, mas para toda uma coletividade potencial, formada tanto por homens quanto por mulheres. Importante frisar que entre os 92,1% das vítimas de sexo biológico masculino, estão aqueles e aquelas que se apresentam em corpos femininos e ainda assim são classificados como masculino.

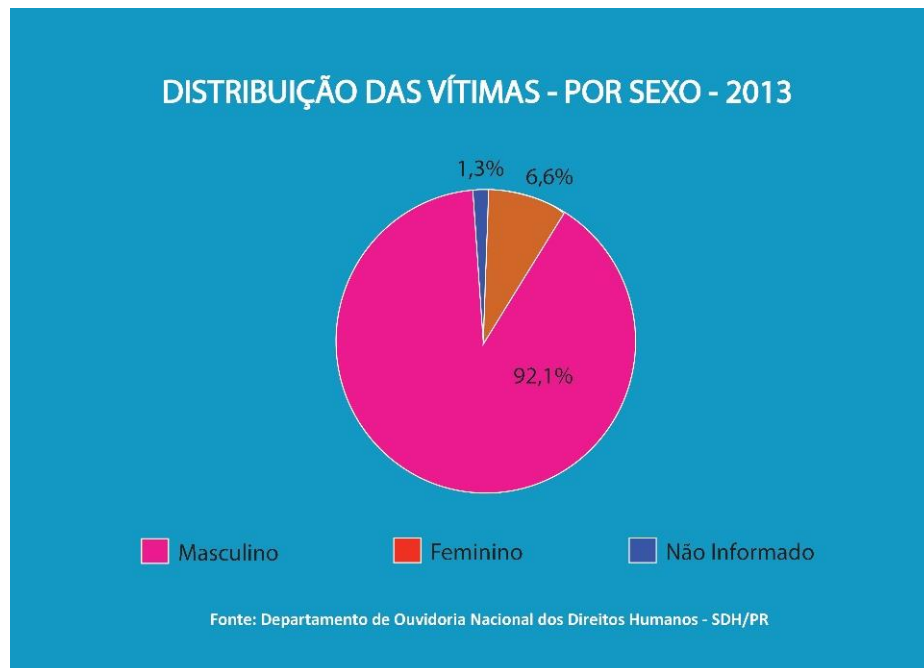
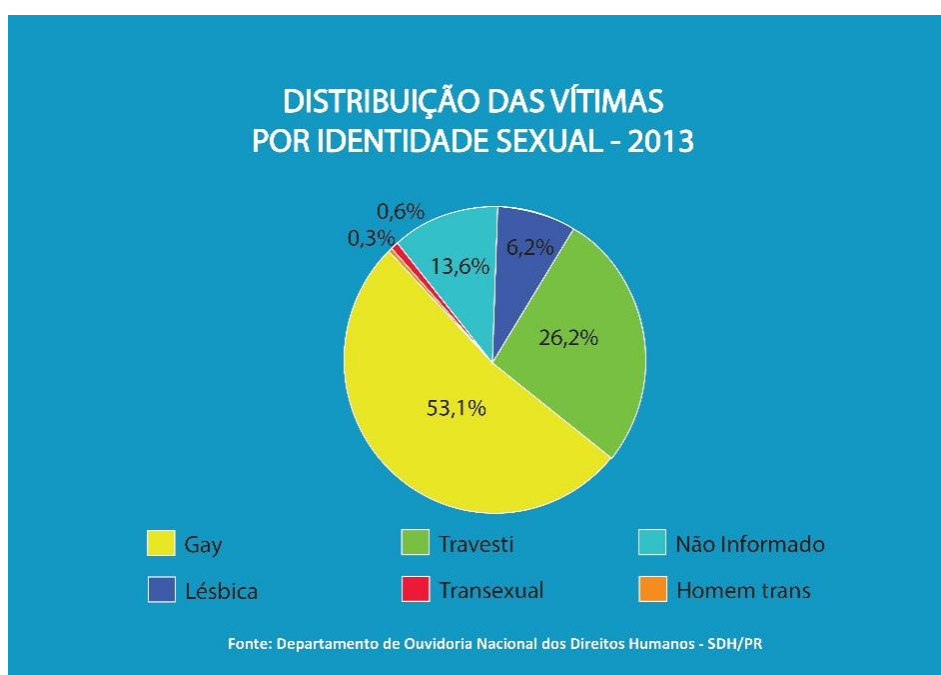


GRÁFICO 9 – Vítimas de Homofobia, por gênero |

Fonte: Ministério dos Direitos Humanos, 2013.

Dados de 2013 demonstram que violências contra homens gays atingem 54,3% dos casos e contra as travestis, 26,8%. A proporção em relação aos dados do ano anterior (Brasil, 2012) se inverteu e a porcentagem de “Não informado” na pesquisa atual é de 13,6% e se deve aos casos em que a identidade sexual é presumidamente não heterossexual, porém não especifica qual outra categoria, o que pode significar falta de conhecimento sobre como lidar com a diversidade sexual LGBTIQ.



## GRÁFICO 10 – Distribuição das Vítimas de Homofobia, por Identidade Sexual |

Fonte: Ministério dos Direitos Humanos, 2013.

De acordo com o estudo Ministério dos Direitos Humanos (2013), Minas Gerais está em terceiro lugar (8,4%), junto com Pernambuco na distribuição dos homicídios LGBTIQ, por Estado da federação, segundo os números de veiculação das notícias acerca desses homicídios.

Os números de 2013 em Minas Gerais revelam um grave quadro de violências homofóbicas no Estado. Há algumas tendências, como por exemplo, o perfil da população LGBTIQ mais vitimizada continua sendo o de jovens, pretos e pardos, do sexo biológico masculino, gays, travestis/transsexuais.

Por este breve diagnóstico, pode-se concluir que os nossos jovens precisam, em primeiro lugar, de garantir o direito à própria vida. Nossos jovens correm risco de vida diariamente, sejam eles homens, negros, mulheres ou LGBTIQ. Precisamos promover a igualdade de oportunidades para todos, porém, antes disso, está claro que é preciso preservar suas vidas.

Jovens negros, jovens mulheres, jovens gays estão sendo eliminados pela nossa sociedade todos os dias. Algo precisa ser feito para mudar a forma como lidamos com esta camada da população. Em resumo, a nossa sociedade tem demonstrado incapacidade em lidar com as diversas combinações dos temas: juventude, raça e gênero.

Nos dados oficiais da violência no país apontam estas como questões urgentes que estão presentes no cotidiano dos nossos jovens: a insegurança, a discriminação e a opressão a que estão submetidos, os jovens e as jovens, todos os dias, quando saem de casa para as suas jornadas sem saber se conseguirão voltar.

Programas, projetos e ações públicas destinadas às juventudes devem buscar alternativas, prioritariamente, para as situações mais graves vividas por seus beneficiários. Se elaborados com a participação dos jovens, as chances de se priorizar demandas legítimas aumentariam consideravelmente.

### **3. PROJETOS PARA O CRJ**

Frente ao contexto apresentado no capítulo anterior, foram elaborados, em anos distintos, 2013, 2016 e 2017, respectivamente, três projetos destinados a juventude com vistas a serem implementados no Centro de Referência da Juventude de Belo Horizonte.

Com diferentes enfoques, cada um deles, a seu modo, propôs uma forma de intervenção a partir de uma metodologia, conceitos norteadores, referências, dados oficiais e pesquisas de campo. Para cada proposta, foi sugerido o tipo de política pública, foi feita a descrição do perfil do público beneficiário, dada uma previsão anual de atendimento, um modelo de gestão, a previsão dos recursos necessários para implementação e as formas de financiamento. Também foi elaborado o planejamento estratégico contendo as etapas do projeto, o cronograma, as principais atividades e as formas de monitoramento e avaliação.

Todavia, antes da apresentação dos projetos, torna-se necessária a contextualização social, política e econômica do país no período em que eles foram elaborados. Vale notar que as propostas foram elaboradas a partir de uma justificativa e de motivações que culminaram em um desenho específico de plano de ação que visavam priorizar um perfil de beneficiário.

#### **3.1 Contexto Social, Econômico e Político**

Apesar de concebidos e publicizados com um intervalo de cinco anos entre a primeira proposta e a última, é possível afirmar que os três projetos elaborados para o Centro de Referência da Juventude fazem parte de um mesmo contexto social, político e econômico da história do país. O período, que vai de 2013 a 2017, foi marcado por uma crescente insatisfação popular, pela crise econômica, ética e política, tendo ainda como marco emblemático as manifestações ocorridas a partir de junho de 2013.

Com exceção de algumas especificidades decorrentes do ambiente político, social e econômico local, tanto a primeira proposta, que foi elaborada em 2012 e entregue à população em meados de 2013, quanto a segunda, redigida e apresentada em 2016, e a terceira, construída por meio de ações participativas que se prolongaram por mais de seis meses ao longo do ano de 2017, são parte da mesma conjuntura nacional, como estão destacados os principais aspectos a seguir.

De acordo com o estudo de Waisbich (2013), do ponto de vista formal, analistas destacam que, paradoxalmente, as manifestações de junho de 2013 aconteceram quando o Brasil vivenciava quase o pleno emprego e a sensação de desigualdade estava menor. Nesse momento, a antiga e a nova classe média manifestavam um desejo que não se limitava à melhoria da renda mas que clamava por melhores serviços públicos.

As promessas de um Brasil emergente não condiziam com o pouco crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e fantasma da inflação ensaiava suas primeiras aparições. Havia um descontentamento generalizado, um descolamento entre o discurso político e a realidade do dia a dia. Os gastos com os megaeventos esportivos aliados à sensação de impunidade e corrupção sistêmica, davam o tom do esfacelamento definitivo da confiança entre governos e sociedade. Os governantes nem mais tentavam esconder que as suas prioridades não eram as mesmas que as do cidadão comum.

Dado este panorama, não parece coincidência ter sido o transporte público o fator de eclosão da ocupação das ruas, por ser um serviço mais universal, que atinge a um maior número de pessoas, de maneira transversal, entre as classes. O transporte público dialoga com diferentes setores sociais mais do que qualquer outro serviço público, como saúde e educação, já mais amplamente privatizados. O transporte público também está no centro do dilema da mobilidade urbana contemporânea e sua precarização afeta a todos, mesmo aos que optam pelo transporte privado (WAISBICH, 2013, p.145)

As manifestações de junho de 2013, revelaram uma diversidade de interesses e de maneiras de se manifestar dos brasileiros. As expressões individuais tiveram impacto no conjunto dos protestos, assim como a forma espacial marcada por pequenos grupos, sem destaque nem lideranças. Não há dúvida de que o indivíduo se tornou personagem importante das manifestações. Tanto a individualidade quanto a subjetividade deram o tom e contribuíram definitivamente com configuração da ação coletiva.

O motor das manifestações de junho, segundo Waisbich (2013), foi a indignação dos jovens. Indignação por causas estruturais do país e indignação generalizada, fortemente percebida nos atos de vandalismo praticados por parte dos manifestantes. Havia quem expressasse raiva do Estado, muitos expressavam raiva da falta dele. Raiva da Presidente e dos partidos políticos. Raiva expressa pela intolerância e violência com aqueles que gritavam por uma causa diferente. Raiva, como forma de negação da *coisa pública*<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> Trata-se de coisa pública, do latim de *res-pública*, conjunto de bens públicos, em oposição a *res-privata*, de uso e gestão privada.



Se percebida sob outro ponto de vista, a raiva representava um pedido de socorro. Um grito pela manifestação e pelo direito a ter direitos, um grito pela liberdade de expressão e, também, pelo direito de ir e vir. Um grito pela ocupação do espaço público. Pelo direito de marchar, a qualquer hora do dia, na principal avenida da cidade, pelo direito de parar a cidade, de conquistar um território para, depois, usufruir dele.

Este aspecto de ocupação da cidade, tornou-se bastante significativo no cenário urbano brasileiro, uma resposta da população para as nossas cidades marcadas pela segregação, violência e privatização.

Ocupar a avenida principal da cidade, centros comerciais, artérias do capitalismo. Áreas inteiras ocupadas, tomadas por famílias, skatistas, carrinhos de som e vendedores ambulantes de bebida. Todos fazendo parte de uma grande festa como um carnaval fora de época:

(...) No lugar do usual carro de comício, havia baterias no estilo carnavalesco (ou no estilo dos jogos universitários). Havia danças e gritos de guerra, tais como "*quem não pula quer tarifa*". Todos pulavam. Havia, tal como num desfile de carnaval, as diferentes alas que avançavam: a do MPL como comissão de frente, a ala dos "com-partido" empunhando suas respectivas bandeiras, seguida de perto pela raivosa ala do anticorrupção ou dos "sem-partido", enrolados na bandeira nacional (WAISBICH, 2013, p.147)

Com o objetivo de demonstrar a força das manifestações nacionais e o alcance que elas tiveram em Belo Horizonte, foi relatado no capítulo 1, item 1.2, o movimento Praia da Estação que, dentre outros, inaugurou na capital mineira as relações de resistência, existência e subjetivação entre o corpo e a cidade, em suas formas políticas, poéticas e estéticas. No Brasil - e se observarmos com atenção, no mundo -, as manifestações festivas começaram, de certa maneira, a se tornar formas eficazes de participação cidadã, o que, em outra oportunidade, merece um estudo aprofundado.

A cobertura da mídia alternativa fez sua estreia durante as manifestações de junho de 2013, o que reforçou a importância do olhar do indivíduo sobre a cobertura tradicional das corporações midiáticas. O coletivo Mídia Ninja, Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação (NINJA), totalmente difundido e admirado nos dias de hoje, nasceu da mistura do jornalismo e do ativismo durante os protestos de junho de 2013. Hoje em dia, ele se ancora na contestação da legitimidade dos tradicionais meios de comunicação.

O tradicional modelo de reportagem, distanciada da ação, dá lugar à ação do manifestante que acumula a função de agente da notícia, criando uma convivência natural entre sujeito ativo e passivo, entre manifestante e observador, que tem potencial para

fornecer elementos para pensar tanto o jornalismo contemporâneo quanto a concepção de cidadania para as juventudes hoje.

Este jornalismo ativo interferiu definitivamente na neutralidade das informações, que, segundo Waisbich (2013), passou a revelar as incontornáveis mediações do sujeito que filmava e narrava o que via e que, invariavelmente, escolhia os objetos e ações a serem transmitidos.

Para concluir, e voltando ao desejo de conquista do território para posterior usufruto dele, é quase impossível fugir da constatação de que os protestos iniciados em junho de 2013 marcaram um momento crucial na história política brasileira, pois trouxeram à tona inúmeras reflexões acerca do sistema político formal, bem como da relação entre o Estado e a sociedade no país.

É fato que os protestos revelaram novas formas de relação do indivíduo com a coisa pública. Também é fato que, se naquele momento, as novas formas estavam sendo vivenciadas e se justificavam por uma conjuntura de reivindicações macrossociais e sentimentos de mudança política, hoje essa experiência já foi aprendida. As ocupações dos espaços públicos – ruas, escolas, etc. - mesmo que arrefecidas, se expandiram e, sustentadas no tempo pelas subjetividades individuais dos atores da sociedade, é bem provável, que não mais cessarão de existir.

### **3.2 Projeto de Intervenção “1”**

Foi antes dessa mudança brusca de comportamento e ainda na esteira do pleno emprego e das perspectivas de bonança, que o primeiro projeto de intervenção para o CRJ foi elaborado e entregue à população. Encomendado para um importante centro de desenvolvimento de tecnologias educacionais localizado no nordeste do país, o Centro de Estudos Avançados do Recife (CESAR) foi contratado pelo poder público para atender tanto às expectativas do Governo do Estado de Minas Gerais quanto da Prefeitura de Belo Horizonte, e resultou em um projeto que, segundo consta no próprio documento, se pautou, sobretudo, pelas orientações de seus contratantes.

Segundo o site oficial da PBH<sup>22</sup>, o CRJ é um equipamento municipal construído em parceria com o Governo do Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude. A parceria surgiu do interesse comum de ambas as esferas

---

<sup>22</sup> Publicado em 21/08/2012 em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=55204&chPlc=55204&pIdPlc=&app=salanoticias>

públicas em construir um CRJ nos moldes do que já vinha sendo feito no Brasil, tendo como principal referência, o Centro Cultural Ruth Cardoso localizado na capital paulista.

Segundo informações do site da Prefeitura<sup>23</sup>, o Centro de Referência da Juventude é o primeiro aparelho público direcionado especificamente para juventude de Belo Horizonte, e foi criado com os objetivos de: i) promover atividades de cultura, lazer, esporte, educação, formação profissional, empreendedorismo, dentre outras, voltadas para o público de 15 a 29 anos; ii) produzir e divulgar informações de interesse dos jovens; iii) ampliar a formação, o conhecimento, as oportunidades e as habilidades que auxiliem na inserção social e profissional dos jovens; e, iv) articular-se com entidades e instituições ligadas ao universo da juventude, bem como integrar e apoiar iniciativas locais.

O equipamento, com 5.800m<sup>2</sup> de área construída, foi erguido para o atendimento de jovens. O CRJ, além de possuir fácil acesso a pé, metrô ou ônibus, tem potencial para oferecer infraestrutura de estúdios para gravação e edição de áudio e vídeo, auditório com 240 assentos na plateia, estrutura completa de camarins e telão móvel para exibição de filmes, documentários e palestras, biblioteca multimídia com 24 estações de trabalho com acesso à internet, teatro de arena com arquibancada fixa, iluminação, sonorização, pisos trocáveis e cadeiras retráteis, salas multiuso, sala de conselhos, cozinha experimental, entre outros espaços.

De importância igual à sua estrutura física, o Centro de Referência da Juventude de Belo Horizonte desde sempre teve como princípio norteador se tornar um espaço de participação, de diálogo e de trocas de experiências entre indivíduos, instituições, grupos e coletivos que atuam em prol das juventudes. O objetivo seria que as diversas vozes das juventudes, que hoje representam 26,6% da população de Belo Horizonte, participassem ativamente e fossem ouvidas por meio de reuniões, seminários e assembleias fomentadas pelo Comitê Gestor do espaço.

Apesar de gozar de fundamentação teórica coerente com os anseios das juventudes, a forma de gestão conduzida pelo governo municipal desde a época da inauguração do prédio priorizou cada vez mais a centralização das decisões na Prefeitura, o que acabou dificultando o processo de discussão dos assuntos referentes às questões das realidades

---

<sup>23</sup> Publicado em 21/08/2012 em:  
<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=55205&chPlc=55205&pIdPlc=&app=salanoticias>

dos jovens que envolvem tanto os órgãos da esfera pública quanto entidades da sociedade civil e, certamente, as juventudes.

Atuando no âmbito municipal, a Coordenadoria de Juventude, muito embora tenha a missão de assegurar as políticas públicas para os jovens, obteve uma tímida participação no processo de construção do modelo de gestão e planejamento das atividades do CRJ. Ao que tudo indica, a liderança dessa tarefa coube apenas à Secretaria de Governo do Município, que optou por utilizar unicamente a consultoria do CESAR para a definição das diretrizes e do plano de ação do Centro.

Ao apresentar publicamente o resultado da consultoria, a Prefeitura também previu uma sequência de encontros e discussões com órgãos do poder público e da sociedade civil, através de entidades, movimentos e organizações juvenis, para estabelecer um debate e uma avaliação das proposições desenhadas, bem como as formas de uso e de ocupação do espaço. Entretanto, estas ações não foram levadas adiante, visto que houve uma grande insatisfação dos jovens, das jovens e dos movimentos juvenis organizados com o projeto pois alegavam não terem sido chamados a participar da construção da proposta, condição fundamental que justifica a própria existência do equipamento, argumentaram os jovens à época.

O Quadro 1 apresenta um resumo com as principais características do conteúdo presente no Projeto de Intervenção proposto pelo CESAR.

**QUADRO 1 – PROJETO DE INTERVENÇÃO “1” - CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS DO RECIFE (CESAR)**

<b>Justificativa do projeto</b>	Segundo informações que constam no projeto, a justificativa de contratação da consultoria é sustentada “pela da inexistência de infraestrutura técnica-humana por parte da Gerência do Centro de Referência da Juventude para a elaboração do Planejamento Estratégico e Modelo de Operação que permitam a implantação do CRJBH”. A consultoria ainda justifica o estudo realizado por viabilizar as condições necessárias para equipar o CRJ-BH e garantir a logística para o seu funcionamento.
<b>Etapas do projeto</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>i) introdução contendo a contextualização sobre o que se compreende por Juventude, Empregabilidade e Protagonismo social;</li> <li>ii) levantamento sobre as sugestões de vários atores que ocupam a cena pública de Belo Horizonte;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>iii) mapeamento de dois modelos de CRJs no Brasil (Vitória e São Paulo) e dois modelos no exterior (México e Espanha);</li> <li>iv) planejamento estratégico e modelo de operações para o CRJ-BH;</li> <li>v) referências bibliográficas.</li> </ul>
<b>Referências</b>	<p>Segundo consta no projeto, o CRJ BH foi planejado a partir de uma pesquisa sobre os outros CRJs existentes no Brasil. O principal objetivo do Município e do Governo do Estado era de construir um espaço público em que diversas ações, destinadas aos jovens da capital na faixa etária entre 15 e 29 anos, pudessem ser realizadas simultaneamente.</p> <p>O Centro Cultural da Juventude Ruth Cardoso foi a principal referência para o CRJ, pois, além de ter a chancela da Organização Ibero Americana de Juventude (sendo considerado modelo de projeto para esse segmento), era, na época, uma das políticas públicas mais bem avaliadas pela população de São Paulo. Baseado em um projeto piloto desenvolvido pela prefeitura de Madri, que visava atender uma dimensão mais abrangente de juventude, o projeto inicial do CCJ foi denominado, Centro de Cidadania da Juventude. No entanto, interesses políticos e impedimentos legais alteraram os objetivos do Centro que, por fim, obteve ênfase no seu caráter cultural.</p>
<b>Conceitos Norteadores</b>	Juventude, Empregabilidade e Protagonismo social.
<b>Coleta de Dados e Pesquisa de Campo</b>	As pesquisas que antecederam a elaboração do projeto foram realizadas com jovens que propuseram uma série de atividades para o CRJ. As informações foram captadas a partir de 120 entrevistas curtas em cinco escolas públicas de Belo Horizonte, 37 entrevistas em profundidade na Praça Rui Barbosa próxima ao CRJ e outras 36 entrevistas em profundidade com jovens e líderes de projetos e movimentos juvenis, dentre eles ONG Contato, Projeto Miguilim, Instituto Tucum, Associação Imagem Comunitária, Casa Fora do Eixo BH, PlugMinas e Real da Rua.
<b>Metodologia do Planejamento Estratégico</b>	<p>Modelo conceitual: Pesquisa de Campo - Resultados &gt; Missão   Visão   Crenças &gt; Oportunidades e Ameaças &gt; Recursos Necessários &gt; Plano de atividades por Espaço x Eixo &gt; Indicadores e Metas por Espaço.</p> <p>O planejamento estratégico do projeto resultou das reuniões realizadas em 2013 na Prefeitura de Belo Horizonte com integrantes da PBH, do Governo do Estado e da equipe de consultores do CESAR. A metodologia foi de natureza participativa orientada pelo modelo conceitual. Os trabalhos foram executados após a pesquisa de campo realizada pela consultoria. Destaca-se que os objetivos das reuniões foram coleta de dados, discussão e validação das decisões quanto ao plano de ação e modelo de gestão, também foram consideradas contribuições</p>

	<p>advindas das reuniões da equipe de consultores, sobretudo das discussões realizadas nos workshops de Ideação e Validação realizados em 2013. É importante ressaltar que os workshops de Ideação foram compostos por gestores públicos e especialistas nos temas das juventudes<sup>24</sup>.</p> <p>1. DIRETRIZES – CRJ-BH: O Centro de Referência da Juventude tornará a capital mineira exemplo na potencialização do desenvolvimento juvenil por meio de atividades específicas, para uma Minas mais jovem e para uma Juventude Mineira em Rede.</p> <p>2. OBJETIVOS – CRJ-BH&gt; i) Promover atividades de cultura, lazer, esporte, educação, formação profissional, entre outras, voltados para o público de 15 a 29 anos; ii) Produzir e divulgar informações de interesse do público jovem; iii) Ampliar a formação, o conhecimento, as oportunidades e as habilidades que auxiliem na inserção social dos jovens; iv) Contribuir na formação político-cidadã da juventude; e v) Articular-se com entidades e instituições ligadas ao universo da juventude, bem como integrar e apoiar iniciativas locais.</p> <p>3. EIXOS PRIORITÁRIOS: Os eixos têm como base as Políticas Públicas de Juventude da Prefeitura do Município de Belo Horizonte e do Governo de Minas Gerais e as Políticas definidas na 4ª. Conferência da Juventude de Belo Horizonte, realizada em junho de 2013. Eixos: 1. Educação - Educação de qualidade; 2. Trabalho e Renda - Formação profissional, empreendedorismo e emprego; 3. Cultura - Cultura e conexão; 4. Qualidade de Vida - Vida saudável e políticas sobre drogas Sexualidade; 5. Direitos Humanos - Diálogo com o governo Segurança Respeito às diferenças Direito de se associar;</p> <p>4. MISSÃO: Ser um espaço dedicado aos jovens de Belo Horizonte e sua Região Metropolitana, que promova a convivência e oportunidades nas mais diversas áreas, com ampla participação das juventudes e atenção à diversidade, por meio</p>
--	---

<sup>24</sup> Josué Costa Valadão (Secretário Municipal de Belo Horizonte); Gabriel Azevedo (Sub-Secretário de Esportes e da Juventude de Minas Gerais); Gelson Leite (Gerente do Centro de Referência da Juventude na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte); Rafael Dayrell (Superintendente de Inclusão do Jovem da Secretaria de Esportes e da Juventude de Minas Gerais); Felipe Ribeiro (Presidente do Conselho Estadual da Juventude de Minas Gerais); Gisleide Martins (Presidente do Conselho Municipal da Juventude); Marcelo Silvério Dias (Coordenador Municipal da Juventude); Mauro Costa Rodrigues (Gerente de Intercâmbio das Políticas de Juventude da Coordenadoria Municipal da Juventude); e equipe de consultores do projeto: Cecília Junqueira Sallowicz Zanotti, Graduada – Administração, Celina Ramalho Martins, Doutorado em Economia, Eiran Simis, MBA Executivo Gestão Empresarial, Fernanda Araújo Junqueira de Oliveira, Especialista em Planejamento Estratégico, Flávia Mendes de Andrade e Peres, Doutorado em Psicologia Cognitiva, Hannah Rodrigues Drumond, Especialista em Produção e Crítica Cultural, Jane Sueli de Souza Araújo, Pós Graduada em Gestão de Equipes, Jose Leandro de Resende Fernandes, Pós Graduado em Desenvolvimento Econômico Urbano, Maria Alice Vilas Boas Wanderley Neves, Mestrado em Administração, Patrícia Smith Cavalcante, Ph.D. in Education, Walquíria Castelo Branco Lins, Doutora em Educação, Walter Fernando Araújo de Moraes, Doutorado em Management Science.

	<p>de ações inclusivas de formação, experimentação e produção pautadas pelo diálogo e potencialização, autonomia e protagonismo juvenil.</p> <p>5.VISÃO: Ser, até 2030, referência no atendimento ao jovem de Belo Horizonte e sua Região Metropolitana, quanto ao acesso à cultura, à educação, à capacitação profissional, ao lazer, à cidadania, à participação e à inclusão social.</p> <p>6.VALORES: o indivíduo acima dos processos, gestão transparente e colaborativa, incentivo à coletividade e associatividade, liberdade de pensamento e manifestação, respeito à diversidade, pertencimento, diálogo, cuidado humano como pedagogia.</p> <p>7.OPORTUNIDADES: público jovem garantido, facilidade de acesso, evidência da categoria juventude, proximidade de outros equipamentos importantes, efervescência de movimentos jovens na cidade, possibilidades de articulação e agrupamentos, busca de espaço exclusivo para os jovens (ineditismo), demanda não atendida pré-existente, grande potencial de atrair a atenção de patrocinadores/apoiadores, interesse acadêmico dos jovens como objeto de pesquisa, entender a multiplicidade dos programas existentes e atuar em seus gaps, programas existentes são muito orientados pelos processos, população do entorno.</p> <p>7.AMEAÇAS: falta de recursos financeiros, vandalismo – Black Blocks, aparelhamento político partidário, Copa do Mundo – movimento “não vai ter copa”, desconhecimento do equipamento– falta de comunicação, problemas de mobilização, falta de diálogo entre atores do baixo centro, população do entorno, trocas de governo, falta de participação dos jovens, visão sobre prefeitura e governo atrapalhando a reputação, falta de articulação política, falta de institucionalização, falta de diversificação de fontes financeiras, ocupação por outras faixas etárias, arquitetura pouco receptiva, falta de diálogo com ONGs, mudanças de prioridades (de governo?), situação econômica (de governo?), mídia negativa.</p>
<b>Modelo de Política Pública</b>	Por se tratar de um projeto com claro enfoque na empregabilidade juvenil, presume-se, a partir deste dado, o seu caráter FOCALIZADO.
<b>Monitoramento e avaliação</b>	Quadro de metas e indicadores previsto para cada uma das atividades do plano de ação.
<b>Recursos necessários</b>	Mínimo: R\$ 5.000.000,00/ano (cinco milhões/ ano)
<b>Formas de financiamento</b>	Os principais recursos financeiros estratégicos identificados e considerados pelo projeto para o CRJ-BH foram: Repasse do governo de R\$ 5.000.000,00/ano (cinco milhões por ano), Possibilidade de Convênios, Patrocínios, Parcerias Privadas e com Organismos multilaterais (BID/BIRD etc.), Fundações

	internacionais (ex.: Fundação Bill Gates), Eventos (ex.: aluguel de espaços, ingressos etc.) e PPP.
<b>Modelo de Gestão</b>	<p>A modelagem do CRJ-BH foi idealizada sob o arcabouço institucional e da viabilidade econômico-financeira do Centro. Foram sugeridos os passos a serem seguidos para o Decreto Lei que estabelece o CRJBH como instituição e sua viabilidade econômico-financeira. A proposição foi que o CRJ fosse estabelecido com as premissas de funcionamento assegurando-se a fonte de recursos públicos e os custos de operação, tornando-o viável e perene, e acima de tudo, que cumprisse a sua finalidade institucional. Na sua constituição estaria prevista a participação de Organizações Sociais e instituições privadas para financiar e atuar no planejamento e execução das atividades para os jovens frequentadores do CRJ-BH.</p> <p>Para atender esta finalidade, foram recomendadas duas alternativas de modelo institucional. Uma delas é que o CRJ-BH fosse uma autarquia gestora com funcionários concursados pela Prefeitura, passível de contratos para as oito estações de atividades, e assim as instituições da sociedade civil (Organizações Sociais), seriam financiadoras e executoras das atividades previstas para os jovens nas oito estações. Desta forma, além da estrutura de funcionários da PBH, haveria parcerias com a sociedade civil. A outra alternativa seria que institucionalmente o CRJ-BH fosse uma Organização Social. Mediante cenário das instituições de cunho social no Brasil, o CRJ-BH deveria ter o quadro de pessoal da instituição gestora. E por Organização Social o quadro se estenderia a mais colaboradores, a depender das atividades específicas a serem desenvolvidas. Por Decreto Lei instituído pela Prefeitura de BH, recomendou-se que o CRJ-BH fosse instituído como instituição vinculada à Secretaria Municipal da Juventude, as suas atribuições, a sua estrutura, os seus meios de financiamento, e seu respectivo quadro de cargos.</p> <p>Ao final, o projeto apresenta sugestão de organograma, descrição de funções e um plano de cargos e salários para todos os colaboradores previstos. Há também um mapeamento de possíveis parceiros para o CRJ, tais como parcerias governamentais, privadas e mecanismos de incentivo fiscal, fundos fiscais e parceiros internacionais.</p>
<b>Perfil do Beneficiário e Previsão de Atendimento/ano</b>	<p>Por faixa etária, 15 a 17 anos, 18 a 24 anos, 25 a 29 anos.</p> <p>Estudos prévios realizados pelo CESAR contendo sugestões sobre a gestão do equipamento mostram que, em seu pleno funcionamento, o potencial de atendimento do Centro de Referência da Juventude é de 10 mil jovens/mês em atividades pontuais, de curta, média e longa duração.</p>



<p style="text-align: center;"><b>Programação – Principais Atividades</b></p>	<p>Na definição das atividades a serem contempladas por cada espaço no equipamento, foram considerados os seguintes aspectos: a) Objetivos explicitados do espaço; b) Características físicas do espaço; c) Impacto da atividade: duração e natureza da formação proposta (livre ou técnico); d) Horário; e) Concentração da atividade: semanal, mensal, trimestral ou semestral; f) Sugestões apresentadas nos Workshops realizados; g) Previsão de funcionamento do equipamento em todos os dias da semana (segunda a domingo); h) Reservas técnicas para eventualidades (manutenção, preparação de ambiente etc.).</p> <p>As principais propostas citadas no longo documento que sugere toda a programação do espaço por um ano acompanhada de quadro de metas e indicadores foram: Centro de Inteligência da Juventude, Central de Informações BHResolve, Consultoria jurídica, Apoio psicológico e orientação profissional, Orientação à saúde sexual, Cadastro, serviços e divulgação de informações, Práticas esportivas, Prática de Skate, Atividades culturais, Atividades culturais: festival de música e dança, Tribuna livre – cidadania, Palestras – cidadania, Aulão ENEM, Cinema no C RJ-BH, Seminários Temáticos, Curso de Teatro, Pocket Show, Fórum, Reserva Técnica Para Atividades Eventuais / Manutenção, Espetáculos e solenidades, Gravação de áudio e cursos de formação, Edição de imagem e cursos de formação, Chefs do amanhã: COZINHA MINEIRA, Cozinha Empreendedora, Estação da Música com formação musical, Aula ENEM, Ensaios de grupo, Apresentações livres, Gestão de negócios e pessoal, Cursos profissionalizantes artísticos, Atividades coletivas, Biblioteca ativa, Técnicas de Artes Visuais, Artes digitais, Ensino à Distância – EaD, Videoteca e CRJ na Rua.</p>
---	--

### 3.3 Projeto de Intervenção “2”

Elaborada pela equipe da Secretaria Municipal de Governo, a segunda proposta de intervenção para o CRJ elaborada pela Prefeitura foi apresentada ao público em 2016, em meados do oitavo e último ano da gestão do prefeito Márcio Lacerda e antecedeu a ação de ocupação do Centro de Referência realizada por jovens ativistas dos movimentos juvenis de Belo Horizonte. O projeto, de caráter emergencial, cumpriria a função de abrir as portas e iniciar o funcionamento do Centro de Referência da Juventude, medida reivindicada pelos movimentos e entidades juvenis desde o acordo não cumprido pela PBH de se discutir, por meio de uma comissão paritária entre poder público e sociedade civil, as diretrizes e os objetivos das ações a serem implementadas no local.

No Quadro 2, as principais informações que caracterizam o segundo projeto da PBH para o CRJ.

**QUADRO 2 – PROJETO DE INTERVENÇÃO “2” - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO (SMGO)**

<b>Justificativa do projeto</b>	Projeto emergencial elaborado pela equipe da Secretaria de Governo para a abertura e início das atividades de funcionamento do CRJ.
<b>Etapas do projeto</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>i) Apresentação da lógica dos projetos e da ocupação dos espaços;</li> <li>ii) Conceitos do projeto;</li> <li>iii) Apresentação das fases de implantação;</li> <li>iv) Cronograma e detalhamento das atividades pactuadas;</li> </ul>
<b>Referências</b>	Não há menção.
<b>Conceitos Norteadores</b>	Inclusão produtiva, Formação técnica, Formação para a cidadania e Acesso a bens culturais esportivos e educacionais.
<b>Coleta de Dados e Pesquisa de Campo</b>	Não há menção.
<b>Metodologia do Planejamento Estratégico</b>	<p>O Centro de Referência da Juventude de Belo Horizonte é dividido em três tipos de espaços:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Espaços Coletivos – espaços de convivência entre todos os frequentadores do equipamento. São destinados à interação coletiva, propiciando ao jovem um trânsito entre todas as juventudes da capital.</li> <li>- Espaços de Uso Temporário – espaços para a utilização de projetos não periódicos, mediante agendamento prévio. Os postulantes podem ser órgão do poder público ou da sociedade civil.</li> <li>- Espaços de Uso Permanente – espaços de utilização permanente, onde serão executados projetos anuais tanto por parte do poder público, quanto de algumas organizações da sociedade civil.</li> </ul> <p>As propostas recebidas para atividades a serem realizadas no CRJ, foram pensadas em uma lógica de ocupação segundo o público alvo e a duração destas atividades, dividindo-se em:</p> <p>PROJETOS PERMANENTES – duração média de 5 anos</p> <p>PROJETOS TEMPORÁRIOS – duração média de 5 meses</p> <p>PROJETOS PONTUAIS – duração máxima de uma semana</p>

	<p>Segundo informações que constam no projeto, a ocupação gradual e diferenciada visa ordenar e ao mesmo tempo abrir oportunidade para que outros setores da sociedade civil, como grupos de jovens, entidades e organizações sociais possam utilizar o espaço através de um agendamento programado, para a realização de atividades afins.</p> <p>O conceito das atividades a serem desenvolvidas segue a diretriz de inclusão produtiva, com ofertas de formação, preparação e inserção no mercado de trabalho de jovens de todas as regiões de Belo Horizonte. Além disso propõe a viabilização do acesso a bens sociais e culturais, com uma agenda de atividades gratuita e permanente.</p>
<b>Modelo de Política Pública</b>	Por se tratar de um projeto com claro enfoque na inclusão produtiva, com ofertas de formação, preparação para a inserção do jovem no mercado de trabalho, presume-se, a partir deste dado, o seu caráter FOCALIZADO.
<b>Monitoramento e Avaliação</b>	Não há menção.
<b>Recursos necessários</b>	Não há menção sobre os recursos necessários para a viabilidade do projeto, menciona-se somente a estratégia de cessão de espaços. A única menção financeira no projeto é sobre a contrapartida da Rede Cidadã em que é destacado o custo de atendimento de R\$ 693,00 por participantes, e, em seguida é calculada a estimativa de contrapartida referente aos cinco anos de permissão de uso do espaço que somaria um total de R\$ 10.395.000,00 (dez milhões, trezentos e noventa e cinco mil reais).
<b>Formas de financiamento</b>	Não há menção.
<b>Modelo de Gestão</b>	Não há menção. No entanto, é possível presumir uma cogestão com os parceiros previstos para ocupar os espaços do CRJ.
<b>Perfil do Beneficiário e Previsão de Atendimento/ano</b>	<p>PERFIL</p> <p>Geral: Jovens de 15 a 29 anos, em situação de risco social, provenientes de territórios de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e programas, projetos, serviços e benefícios vinculados à Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social (SMAAS).</p> <p>Judô: Adolescentes até 17 anos</p> <p>Corpo Cidadão: Jovens de 14 a 21 anos</p> <p>PREVISÃO DE ATENDIMENTO/ANO:</p>

	<p>Meta de Atendimento/ ano para Cursos de formação profissional, Grupo de empregabilidade, Atividades culturais, esportivas e educacionais: 3.000 jovens;</p> <p>Meta de Atendimento/ ano para Meio Passe Estudantil: 12.000 jovens do EM e 2.000 jovens do Ensino de Jovens e Adultos (EJA);</p> <p>Meta de Atendimento/ano para a Biblioteca: 30.000 pessoas, dentre crianças, jovens e adultos;</p> <p>Meta de Atendimento/ ano para a Rede Cidadã: 2.000 jovens para aprendizagem (16 aos 22 anos) e 1.000 jovens empregabilidade (18 aos 29 anos) – TOTAL de 3.000 jovens por ano;</p> <p>Meta de Atendimento da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social (SMAAS): 132 jovens;</p> <p>Meta de Atendimento da Rádio online ProJovem: 300 adolescentes de 15 a 17 anos participantes do ProJovem Adolescente;</p> <p>Meta de Atendimento da Prodabel: 40 jovens no curso de informática e 300 jovens/dia no Telecentro;</p> <p>Meta de Atendimento do Curso Profissionalizante: 25 a 30 alunos;</p> <p>Meta de Atendimento da Residência Artística em parceria com o Museu de Arte da Pampulha (MAP): 10 jovens artistas provenientes de diferentes regiões brasileiras, com duração de cinco meses;</p> <p>Meta de Atendimento do Projeto Juventude em Movimento: 10 jovens artistas provenientes de diferentes regiões brasileiras, com duração de 5 meses.</p>
<p><b>Programação Principais Atividades</b></p>	<p>No detalhamento das atividades a serem realizadas no CRJ, constam as seguintes informações: a) Nome da atividade; b) Data ou período de realização; c) Público alvo; d) Ementa da atividade; e, por fim, e) Meta de atendimento.</p> <p>FASE I   JUNHO 2016 – cursos de formação profissional e biblioteca pública: Curso Profissionalizante – Festival Internacional de Quadrinhos (FIQ) Jovem – Fundação Municipal de Cultura (FMC); Oficinas de Preparação para o trabalho com adolescentes vinculados aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); Orientação e formação profissional da Rede Cidadã; Residência artística para jovens artistas; Biblioteca Pública e Telecentro.</p>

	<p>FASE II   JULHO – eventos para a juventude: Festival Internacional de Quadrinhos; Festival Internacional de Teatro (FIT); Semana da Diversidade – Festival de Talentos Amadores (FECTIPA).</p> <p>FASE III   MAIO A JUNHO 2016 – <i>POOL DE INFORMAÇÕES</i>: Emissão de Carteira de Trabalho, Caderneta da Saúde do Jovem, Carteira de Estudante, Carteira de Biblioteca, Carteira Meia Entrada, Guia de Informações.</p> <p>FASE IV   OUTUBRO 2016 – <i>NOVAS PARCERIAS</i>: Projeto Juventude em Movimento – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL); Projeto Aulas de Judô – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL); Rádio Jovem Sintonizado – Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social; Estação Juventude; Programa Jovem Empreendedor – Unidade de Atendimento ao Trabalhador (UAT); Central única das Favelas (CUFA); Rede Cultura <i>HIP HOP</i>.</p>
--	--

### 3.4 Projeto de Intervenção “3”

Em 2017, a nova gestão da Prefeitura de Belo Horizonte, em parceria com o Comitê Gestor do Centro de Referência da Juventude, realizou, entre abril e setembro de 2017, uma série de ações participativas e integradas junto às juventudes da Grande BH para a elaboração colaborativa das diretrizes e do plano de ação do CRJ.

O objetivo dos encontros foi a discussão em torno dos eixos de atuação do Centro, das diretrizes e do plano de ação. Foi utilizada a metodologia de escuta e construção coletiva, em que o jovem, suas vivências e sua situação de vida atual são colocados no centro das discussões. As ações participativas visavam atender tanto aos anseios das juventudes quanto ao Termo de Pactuação estabelecido pelo Ministério Público de Minas Gerais após a ocupação do espaço. Mas também atendiam ao Diagnóstico da Situação da Criança, do Adolescente e do Jovem em Belo Horizonte – PBH (2013), que pontuou na conclusão de seu relatório “que, geralmente, se lida com uma juventude abstrata, desconhecendo-se e/ou não se trabalhando com suas realidades e necessidades concretas. No entanto, conhecer estas juventudes é delas se aproximar e ouvi-las” (Diagnóstico da Situação da Criança, do Adolescente e do Jovem em Belo Horizonte: Livro 12: Juventudes em Belo Horizonte, 2013, p.57).

Considerando a pluralidade das vozes das juventudes e atendendo à demanda de um diálogo permanente entre o poder público, jovens e movimentos juvenis, as ações foram

realizadas em três etapas - Cola CRJ, em 1º de abril, Desembola CRJ, nos dias 8 e 9 de abril e Mostra CRJ/Aquário de Criação, durante os 30 dias do mês de setembro - a fim de garantir mais oportunidades de participação dos jovens das mais diversas regiões da RMBH na elaboração de um projeto de intervenção para o CRJ BH conforme apresenta o Quadro 3 a seguir.

**QUADRO 3 – PROJETO DE INTERVENÇÃO “3” – PROJETO COLABORATIVO<sup>25</sup>  
ELABORADO EM PARCERIA ENTRE A PBH, O COMITÊ GESTOR DO CRJ,  
JUVENTUDES E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL**

<b>Justificativa do projeto</b>	Garantir a participação de jovens e movimentos juvenis das mais diversas regiões da RMBH na elaboração e gestão do projeto de intervenção para o CRJ BH.
<b>Etapas do projeto</b>	O documento apresenta: i) contextualizações importantes acerca do projeto denominado “CRJ - Centro de Oportunidades Qualificadas para as Juventudes”; ii) histórico com os principais fatos ocorridos no curso das lutas das juventudes na cidade de Belo Horizonte; iii) dados estatísticos oficiais sobre a realidade das juventudes no país, no estado e na capital mineira; iv) relato das ações participativas; v) conceitos norteadores do projeto; vi) diretrizes e plano de ação; vii) referências bibliográficas.
<b>Referências</b>	O Projeto Colaborativo teve como referência os próprios jovens moradores de Belo Horizonte e da Região Metropolitana bem como lideranças de projeto e movimentos juvenis. Portanto é, em essência, um depósito de múltiplas referências trazidas por meio da participação social.
<b>Conceitos Norteadores</b>	Pertencimento, Diversidade, Processo Colaborativo, Participação Cidadã, Gestão Participativa, Intersetorialidade, Educação Social, Desenvolvimento Integral, Experimentação em Direitos e Sustentabilidade.
<b>Coleta de Dados e Pesquisa de Campo</b>	Além da participação presencial em tempo integral nas etapas de discussão dos eixos, diretrizes e plano de ação, houve coleta de dados estatísticos locais sobre violência contra as juventudes e regiões mais afetadas em BH.
<b>Metodologia do Planejamento Estratégico</b>	O planejamento estratégico do Projeto Colaborativo para o CRJ é resultado de debates instaurados durante o Seminário CRJ 2017 que foi organizado

<sup>25</sup> O Projeto Colaborativo para o CRJ é o tema da monografia de Samira Ávila, parceira nesta Especialização e nas lutas pelos direitos das juventudes, e poderá ser apreciado na sua integralidade quando for apresentado em fevereiro de 2018.

	<p>pelo Comitê Gestor e pela Gerência do CRJ em três ações participativas: “Cola CRJ”, “Desembola CRJ” e “Mostra CRJ”.</p> <p>A realização dessas três etapas participativas, permitiram que mais de 350 participantes, dentre jovens, representantes do poder público e representantes dos movimentos juvenis, colaborassem <i>in loco</i> com as discussões sobre o universo juvenil.</p> <p>Modelo Participativo: Construção colaborativa (o jovem no centro das discussões) &gt; 1ª ação participativa (eixos e expressividades) &gt; apropriação, pertencimento e diversidade &gt; 2ª ação participativa (diretrizes e desenhos de projetos) &gt; escuta e compartilhamento &gt; 3ª ação participativa (sistematização) &gt; viabilidade e validação.</p> <p><b>PALAVRAS-CHAVE</b></p> <p>✓ Representatividade, Diversidade, Participação, Dialogismo, Interatividade, Comunicação, Articulação, Multiplicação, Compartilhamento, Transparência, Ética</p> <p><b>MISSÃO</b></p> <p>Ser um espaço colaborativo e participativo de oportunidades qualificadas para as juventudes e diversidade da Grande BH, atendendo prioritariamente jovens em situação de vulnerabilidade, contribuindo para que se tornem cada vez mais conscientes e aptos na conquista de seus direitos, da sua autonomia e da sua emancipação no seu percurso de inserção social, política e econômica.</p> <p><b>VISÃO</b></p> <p>Ser, até 2030, referência no atendimento ao jovem da Grande BH, quanto à experimentação de direitos, à gestão participativa, acesso à cultura, à educação, à capacitação profissional, ao lazer e à cidadania.</p> <p><b>DIRETRIZES GERAIS</b> – validade de 5 anos</p> <p>Se tornar um centro de reverberação das demandas das juventudes da RMBH, com foco nas juventudes negra, pobre, LGBT e mulheres, dando suporte e contribuindo para que os jovens conquistem seus direitos e se tornem cidadãos plenos e autônomos para realizarem seus projetos de vida.</p> <p><b>OBJETIVOS GERAIS</b></p>
--	---

	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Atender, comunicar e estimular os jovens beneficiários do projeto, e visitantes, sobre os serviços disponíveis, atividades e redes de juventudes promovidos no Centro, além de orientar sobre os cuidados que devem ser tomados na utilização do espaço físico e da infraestrutura local;</li><li>2. Acolher, orientar, integrar e encaminhar os jovens que necessitam de atenção especial para redes de apoio, garantindo um atendimento adequado, com linguagem apropriada à faixa etária e às suas especificidades, visando o cumprimento de direitos nos campos da saúde, educacional, político, econômico, social, cultural e ambiental;</li><li>3. Dar suporte, contribuir e incentivar por meio de editais públicos, a realização de atividades de formação cidadã, educacional, cultural, profissional, esportiva, de lazer, entre outras.</li><li>4. Estimular o diálogo entre grupos juvenis de diferentes ideologias, a favor da construção democrática por um CRJ político, apartidário e laico;</li><li>5. Articular e ampliar o diálogo entre jovens e atores de outros setores, e das demais gerações, que atuam diretamente no universo das juventudes, contribuindo para a sensibilização sobre a condição juvenil e para uma atuação qualificada com o jovem;</li><li>6. Contribuir para que jovens se conscientizem sobre a importância da participação social nos espaços de disputa política, seja de forma direta ou por meio de suas representações;</li><li>7. Articular a intersetorialidade para promover a transversalidade entre políticas, programas, projetos e ações <u>de</u>, <u>com</u> e <u>para</u> as juventudes;</li><li>8. Articular e dar suporte para a criação de redes de apoio às juventudes;</li></ol> <p><b>EIXOS:</b></p> <ol style="list-style-type: none"><li><b>1. TRABALHO E RENDA</b></li><li><b>2. EDUCAÇÃO SOCIAL</b></li><li><b>3. DIREITOS E DIVERSIDADE</b></li><li><b>4. QUALIDADE DE VIDA</b></li><li><b>5. ARTE e CULTURA</b></li><li><b>6. REDES, PARCERIAS E MODELO DE GESTÃO</b></li></ol>
--	--



	<p><b>PLANO DE AÇÃO</b></p> <p>Com o objetivo de responder às necessidades dos beneficiários, às diretrizes e aos objetivos do Projeto, foram desenhadas 21 propostas de ação para o CRJ. Estas ações, esboços de ideias sólidas construídas a várias mãos, são 21 ações abertas que, antes de serem implementadas, deverão ser discutidas uma a uma com as juventudes para o seu acabamento. Este mecanismo de preparação e acabamento das atividades permite que a participação e a atuação dos jovens sobre os projetos do CRJ se torne permanente e contínua.</p>
<b>Modelo de Política Pública</b>	Analisando as características do projeto, é possível presumir que as suas características como política pública busca conjugar o UNIVERSAL e o FOCALIZADO com enfoque AFIRMATIVO.
<b>Monitoramento e Avaliação</b>	Quadro de Metas e Indicadores, Comissão permanente de monitoramento e avaliação para cada atividade.
<b>Recursos necessários</b>	<p>Para realização dos 21 projetos elaborados em resposta às diretrizes do CRJ, é necessário o investimento mínimo de R\$ 1.812.000,00 (um milhão, oitocentos e doze mil reais). No entanto, devem-se somar ao valor do custeio das atividades, os custos de manutenção do espaço/ equipe de R\$ 2.500,000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) /ano.</p> <p>Os recursos destinados à implementação do plano de ação e da manutenção do CRJ se somados, são inferiores ao valor total de 5 milhões/ano que o município, em 2016, empenhou para o Centro de Referência da Juventude.</p>
<b>Formas de financiamento</b>	Conforme sugestões contidas nas diretrizes do eixo Redes, Parcerias e Modelo de Gestão, a sustentabilidade financeira do CRJ deve ser viabilizada por meio de fontes variadas de receita. Podendo ser: i) governamental, por meio de fontes advindas dos âmbitos federal, estadual e municipal, incluindo a possibilidade de rateio do custeio/ consórcio com as demais Prefeituras da RMBH; ii) patrocínios, por meio de leis de incentivo e editais públicos, privados ou do terceiro setor/organismos internacionais; e iii) parcerias, com projetos sociais existentes e experientes nas temáticas das juventudes, com as demais secretarias do município de Belo Horizonte, parcerias privadas, parcerias públicas com outras instâncias governamentais, ou mesmo parcerias com o terceiro setor/organismos internacionais.
<b>Modelo de Gestão</b>	Gestão Participativa. Deve ser realizada por meio de um comitê gestor paritário com três representantes de movimentos e entidades juvenis mais três representantes do poder público, comissões permanentes, planejamento

	<p>estratégico participativo, financeiro transparente, entre outras ferramentas de participação direta, permanentes e contínuas.</p> <p>Por seu caráter altamente participativo não é recomendada a gestão por meio de Organizações Sociais (OSs).</p>
<p><b>Perfil do Beneficiário e Previsão de Atendimento/ano</b></p>	<p>Perfil - Jovens com idade entre 15 e 29 anos. Enfoque afirmativo para juventudes negra, pobre e periférica, mulheres e LGBTIQ; jovens sob regime socioeducativo, sistema prisional e semiaberto; jovens deficientes físicos;</p> <p>Previsão de atendimento oportunidades qualificadas: Aproximadamente 60 mil beneficiários/ano para atividades originadas nas 21 ações propostas neste projeto. Possibilidade de ampliar o atendimento em caso de ampliação do investimento.</p> <p>Previsão de atendimento por meio de cessão de espaços e ações de terceiros no CRJ: 120 mil atendimentos/ano.</p>
<p><b>Programação Principais Atividades</b></p>	<p>No detalhamento das atividades a serem realizadas no CRJ, constam as seguintes informações: a) Nome da atividade; b) Objetivo; c) Justificativa; d) Operacionalização; e) Público-alvo; f) Prazo; g) Etapas; h) Infraestrutura/Material/Pessoal; i) Estimativa de custo/ Meta de Atendimento</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. MESTRE NAS PARADAS - Edital para contratação de 12 proponentes/educadores e 12 jovens bolsistas para realização de oficinas/ encontros sobre o mundo do trabalho, geração de renda e empreendedorismo social.</li> <li>2. NÃO BOBEIA - Edital para contratação de 3 proponentes/educadores e 9 jovens bolsistas para realização de monitoria diária em três áreas.</li> <li>3. CORRE PERIFÉRICO - Edital para aceleradora de empreendimentos favelados e periféricos.</li> <li>4. SINE JOVEM – Plataforma online de novas vagas e banco de dados.</li> <li>5. GAME DO SE LIGA – Variedades complementares à escola.</li> <li>6. BONDE DA REAL – Edital de convênio para realização de laboratório de metodologia de aprendizagem.</li> <li>7. CHEGA JUNTO – Edital de convênio para realização de atividades educacionais adaptadas às necessidades de deficientes físicos, mentais, etc.</li> </ol>

	<ol style="list-style-type: none"><li>8. NAS QUEBRADAS DA EDUCAÇÃO, EXISTE UM CORAÇÃO – Plataforma online e encontros presenciais para o compartilhamento de experiências inovadoras nas escolas das quebradas.</li><li>9. IMAGINA – Edital de convênio para realização de escola livre de formação, experimentação e comunicação em direitos humanos e diversidades.</li><li>10. REDE DE JOVEM PRA JOVEM – Banco de dados e agenda de encontros presenciais para articulação e monitoramento da rede de proteção e apoio de jovem para jovem – direitos, diversidade e qualidade de vida.</li><li>11. S.O.S TAMO JUNTO – Edital de contratação de 1 profissional para atendimento psicossocial e 1 profissional de direito além de 6 jovens bolsistas para o núcleo de acolhimento ao jovem.</li><li>12. JOVEM PARÇA – Edital de contratação de 9 jovens bolsistas para realização de núcleo de mobilização e interação com os visitantes.</li><li>13. PROIBIDÃO – Edital de convênio para realização de núcleos de pesquisa sobre sexualidade e drogas.</li><li>14. COLA NO CRJ – Edital de convênio para realização de núcleo de formação de jovens agentes.</li><li>15. CRRANGO - Edital de convênio para realização de projeto de culinária saudável e barata.</li><li>16. ARTE PARA TODOS - Edital de convênio para realização de percurso formativo de arte.</li><li>17. DIVERSÃO E ARTE – Editais de fomento para ocupação dos espaços e sensibilização artística de plateias.</li><li>18. OKUPARTE – Edital de fomento à residência artística.</li><li>19. SPEED FLOW – Edital de convênio para circuito de rodas de fluidez de pensamento e voz/ multiplicação de saberes.</li><li>20. SEGUE O BAILE – Mapa cultural e plataforma de trocas e doações de material artístico.</li><li>21. REDE CRJ – Banco de dados e encontros presenciais.</li></ol>
--	---



IMAGEM 14 – Eleição do Comitê Gestor CRJ | Foto: Acervo CRJ

#### 4. QUE DIFERENÇA FAZ?

Para analisar comparativamente os projetos descritos no capítulo anterior, visto que cada um deles propõe uma intervenção consideravelmente distinta da outra, optou-se por utilizar o conceito de tipos ideais dado por Weber. Segundo Galeano (1981), o tipo ideal permite que sejam escolhidos aspectos de uma dada realidade para que seja possível construir uma interpretação racional, tornando esta realidade passível de análise. Para a configuração dos tipos ideais é necessária a seleção de alguns critérios que, no seu conjunto, irão possibilitar comparações entre as diferentes propostas apresentadas. Como as três intervenções analisadas apresentaram respostas diversificadas às demandas juvenis, optou-se neste trabalho por compará-las a partir dos seguintes critérios:

a) **Participação do beneficiário:** Benéfica ao exercício da cidadania, a participação social está relacionada à influência e à contribuição, neste caso, de jovens cidadãos e cidadãs na organização da sociedade em uma perspectiva de desenvolvimento da sociedade civil e de fortalecimento dos mecanismos democráticos. Tem potencial para gerar ampliação do acesso das juventudes mais vulneráveis aos atos de formulação, gestão e avaliação de políticas públicas destinadas a elas mesmas. Trata-se do diálogo permanente e contínuo entre o poder público e a sociedade civil, podendo ser realizado por meio de conselhos, conferências, seminários, assembleias, entre outros.

b) **Representação e Comprometimento dos parceiros estado, sociedade civil e demais instituições locais:** o público beneficiário do projeto, neste, caso, as juventudes, está inserido em um sistema maior, representado por parceiros ligados tanto ao poder público como aos movimentos sociais, instituições acadêmicas e instituições privadas. No modelo ideal, quanto maior é o envolvimento e a participação dos poderes públicos e parceiros locais na situação-problema, tanto mais próximo se está da construção do desenvolvimento local, visto que todas as partes ganham neste processo.

c) **Intervenções responsivas ao diagnóstico:** capacidade de responder às demandas das juventudes diagnosticadas nos dados estatísticos, pesquisas e entrevistas realizadas. Analisa a adequação do(s): i) perfil do beneficiário; ii) conceitos norteadores; iii) diretrizes; iv) plano de ação.

Considerando tais critérios de análise, foi elaborado o Quadro 4 para apresentar a comparação entre os três projetos de intervenção relatados no capítulo anterior.

**QUADRO 4 – ANÁLISE COMPARATIVA DOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO ELABORADOS PARA O CRJ**

CRITÉRIO DE ANÁLISE	AVALIAÇÃO DO PROJETO		
	1. Projeto CESAR	2. Projeto SMGO	3. Projeto COLABORATIVO
<b>a. Participação do beneficiário</b>	<b>baixa participação</b> , consta que os jovens foram consultados somente na etapa preliminar de pesquisas de campo e entrevistas do projeto.	<b>nenhuma menção sobre a participação</b> de jovens beneficiários na elaboração da proposta.	<b>alta participação</b> de jovens durante as etapas de elaboração do projeto: Cola CRJ – discussão sobre os eixos; Desembola CRJ – discussão aprofundada sobre as diretrizes e os objetivos; Mostra CRJ – discussão e sistematização do projeto e do plano de ação.
<b>b. Representação e comprometimento dos parceiros</b>	<b>alta representação e alto comprometimento</b> do poder público estadual e municipal - gestores públicos da área de juventude;  <b>representação mediana e comprometimento mediano</b>	<b>alta representação e alto comprometimento</b> do poder público estadual e municipal - gestores públicos da área de juventude. Alto número de parceiros, postulantes a cessão de espaços do CRJ, provenientes de secretarias e equipamentos municipais.	<b>representação mediana e comprometimento mediano</b> do poder público estadual e municipal - gestores públicos da área de juventude;  <b>alta representação e alto comprometimento</b> da sociedade

CRITÉRIO DE ANÁLISE	AVALIAÇÃO DO PROJETO		
	1. Projeto CESAR	2. Projeto SMGO	3. Projeto COLABORATIVO
<b>b. Representação e comprometimento dos parceiros</b>	<p>da sociedade civil - profissionais liberais com formação acadêmica variada convidados a dar consultoria para o projeto e participar do workshop de ideação.</p> <p>setor empresarial – <b>não há menção.</b></p>	<p><b>baixa representação e baixo comprometimento</b> da sociedade civil – projetos sociais e iniciativa privada – Baixo número de parceiros postulantes a obterem a cessão dos espaços do CRJ, se comparado, proporcionalmente, à ampla gama de entidades e empresas experientes na área de juventudes em Belo Horizonte.</p> <p>setor empresarial – <b>não há menção.</b></p>	<p>civil – pesquisadores, acadêmicos, profissionais liberais e representantes de movimentos sociais e entidades juvenis;</p> <p>setor empresarial – <b>não há menção.</b></p>

CRITÉRIO DE ANÁLISE	AVALIAÇÃO DO PROJETO		
	1. Projeto CESAR	2. Projeto SMGO	3. Projeto COLABORATIVO
<b>c. Intervenções responsivas ao diagnóstico apresentado</b>	<p>Apresentação de diagnóstico</p> <p>i) beneficiário: <b>perfil genérico</b>;</p> <p>ii) conceitos norteadores: <b>restritos e focalizados</b> na inserção e atuação do jovem no mercado de trabalho;</p> <p>iii) diretrizes: <b>enfoque político</b>, não responsiva ao diagnóstico apresentado;</p> <p>iv) plano de ação: <b>atividades padronizadas</b>, pouco inovadoras para jovens.</p>	<p>Inexistência de diagnóstico</p> <p>i) beneficiário: <b>perfil genérico com eventual menção a beneficiários específicos</b>;</p> <p>ii) conceitos norteadores: <b>restritos e focalizados</b> na inclusão do jovem no mercado de trabalho;</p> <p>iii) diretrizes: <b>não há</b> menção de diretrizes no projeto;</p> <p>iv) plano de ação: <b>não há</b> plano de ação no projeto, havia uma série de parcerias que visavam a ocupação dos espaços do CRJ.</p>	<p>Apresentação de diagnóstico</p> <p>i) beneficiário: <b>perfil genérico com enfoque recorrente de perfil afirmativo</b>;</p> <p>ii) conceitos norteadores – <b>focalizados</b> na formação do jovem sobre cidadania, direitos e participação;</p> <p>iii) diretrizes: <b>enfoque social e cidadão</b>;</p> <p>iv) plano de ação – <b>atividades variadas e inovadoras</b>, atraentes para o público jovem.</p>



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como mostra o quadro analítico apresentado, há diferenças significativas entre os três projetos de intervenção apresentados para o CRJ. A começar pela participação do beneficiário, critério A, que no Projeto CESAR foi classificada com baixa participação e no Projeto SMGO com nenhuma menção à participação, sendo que ambos os Projetos, CESAR e SMGO, registraram alta representação e alto grau de comprometimento do poder público com a situação-problema. No entanto, conforme diz a descrição do critério B, para aumentar a probabilidade de construção efetiva do desenvolvimento local é fundamental o envolvimento com o maior número de parceiros possíveis. Com o empenho de muitos, todos ganham, com o empenho de poucos, todos perdem. No caso dos Projetos CESAR e SMGO, é provável que o poder público não tenha se organizado para envolver outras parcelas da população. O histórico do CRJ dado no capítulo 3 desse trabalho, oferece indícios para essa hipótese.

Todavia, é fato que, mesmo sendo uma iniciativa de decisores políticos, os Projetos CESAR e SMGO, não foram implementados pois não envolveram outras camadas e representações da sociedade que pudessem somar e dar força à solução do problema. No caso do Projeto CESAR, além do poder público, houve, também, o envolvimento de um grupo seletivo de consultores, representantes da sociedade civil que, após a elaboração do projeto, demonstraram baixo comprometimento com a realização do projeto, haja vista que jamais se manifestaram publicamente pela implantação do projeto após o mesmo ter sido rechaçado pelos movimentos juvenis e pelas juventudes.

Já o Projeto COLABORATIVO, ao contrário das outras duas propostas, foi classificado com alta participação do beneficiário em todas as fases de elaboração do Projeto. No entanto, o Projeto COLABORATIVO que registrou alta representação e alto comprometimento da sociedade civil, neste caso, representada por profissionais acadêmicos, representantes de movimentos e entidades juvenis além das juventudes, conseguiu envolver o poder público ainda de maneira tímida, o que gerou a classificação de representação e comprometimento medianos, porém, ainda assim, positivo.

Importante segmento da nossa sociedade, o setor empresarial não foi envolvido em nenhum dos três projetos. No entanto, no Projeto SMGO, a proposta de parceria, não se limitava somente à terceirização de ações para as juventudes mas, também, à obtenção de uma autorização/ cessão para usufruto de um espaço nobre, localizado no centro da

cidade e cercado pela infraestrutura e pela visibilidade do CRJ sem que houvesse promoção de nenhum tipo de processo de concorrência. Secretarias e equipamentos municipais estavam sendo convidados a executarem suas ações de juventude no CRJ, demais parceiros estavam selecionados sem critérios de seleção e de contrapartida.

Vale registrar que o setor empresarial tem potencial para ser um aliado definitivo em um projeto desta natureza. A depender da abordagem, a parceria geraria repercussão positiva dando visibilidade e destaque ao CRJ e às juventudes. No entanto, propostas centradas na gestão participativa, como no caso do Projeto COLABORATIVO, certamente demandariam uma ampla discussão e um amadurecimento de opiniões sobre o assunto para que o tema não ficasse estagnado sob o rótulo de financiamento privado de políticas públicas e pudesse avançar para um modelo de promoção da sustentabilidade do CRJ.

O critério C, de intervenção responsiva ao diagnóstico permite evidenciar com maior clareza os objetivos dos três projetos. O Projeto CESAR, segundo consta no quadro 1, realizou mais de 120 entrevistas com estudantes do Ensino Médio, em cinco escolas públicas da capital, além de entrevistas aprofundadas com jovens e lideranças juvenis. No entanto, optou por definir um perfil genérico de atendimento, destacando somente a faixa etária de 15 a 29 anos.

Para compreender melhor esta opção, pesquisou-se informações contidas no projeto integral, disponível na internet. Analisando os gráficos das entrevistas é possível observar que nenhum deles menciona gênero, cor, renda, bairro, nem mesmo a idade dos entrevistados, destacando somente o perfil majoritariamente de estudantes do Ensino Médio. Por outro lado, foi possível constatar nos gráficos sobre as demandas dos jovens para o CRJ, que a principal solicitação era de fornecimento de infraestrutura cultural, de esporte e de lazer, seguida por demandas de programação artística, cursos de formação profissional e de formação artística. Por fim, havia a solicitação por inclusão digital, acesso à internet, computadores, formação para concursos, formação superior, serviços, incubadora, entre outras prioridades.

Na ausência dos dados primários dos entrevistados, e na falta de dados estatísticos oficiais sobre os graves problemas que as juventudes enfrentariam diariamente em Belo Horizonte, coube ao Projeto CESAR definir o perfil dos beneficiários de forma genérica, pois não havia dados disponíveis que permitissem recortes específicos. Dessa mesma forma, foram definidos os conceitos norteadores do Projeto CESAR, classificados como restritos e focalizados exclusivamente na inserção do jovem no mercado de trabalho.

Também as diretrizes gerais do Projeto, dizem respeito a uma projeção política do que propriamente uma perspectiva de conquista dos direitos e anseios das juventudes. O plano de ação foi composto por ações semelhantes a atividades oferecidas em projetos de juventude universitária e ofertadas em centros culturais para toda a população. Por fim, é possível avaliar que o conjunto de intervenções que o Projeto CESAR propõe soluciona parcialmente às demandas dadas e que a informação de maior destaque do diagnóstico, a demanda por infraestrutura cultural, obteve um tratamento coadjuvante no Projeto. Ao que tudo indica, a sobreposição de prioridades, atende aos interesses de terceiros e confirma a falta de sintonia do poder público com a política pública de juventude no município de Belo Horizonte.

O Projeto SMGO, se considerado o contexto político local da época, provavelmente foi elaborado a “toque de caixa” com a finalidade de cumprir o papel de abrir as portas do CRJ para a população. Trata-se de um projeto governamental que foi apresentado para os jovens e, independentemente do curto prazo para a sua elaboração, revelou inabilidade da Secretaria de Governo em lidar com projetos de natureza juvenil. Repleto de lacunas, o Projeto SMGO se baseia em um loteamento dos espaços do CRJ para a ocupação de terceiros. Não há menção sobre um diagnóstico de juventudes, e tão pouco dados estatísticos sobre a vulnerabilidade juvenil em Belo Horizonte.

Seguindo a lógica do Projeto CESAR, o Projeto SMGO apresentou conceitos restritos e focalizados na inclusão do jovem no mercado de trabalho mantendo o perfil do beneficiário genérico com eventuais menções a beneficiários específicos, provenientes do sistema socioeducativo e que seriam acolhidos em atividades existentes e realizadas pelos parceiros institucionais do Projeto. Como em uma “colcha de retalhos”, o Projeto SMGO elegeu instituições para ocupar as salas e os espaços do CRJ sem preocupação com critérios de seleção ou com instrumentos legais que porventura permitissem democratizar a proposta de terceirizar as atividades do principal equipamento de juventude de Belo Horizonte.

Por fim, analisando o Projeto COLABORATIVO, iniciativa da sociedade civil em parceria com o Comitê Gestor do CRJ eleito e reconhecido oficialmente pela nova gestão da PBH, é possível perceber que, ao colocar os jovens no centro das discussões, houve uma resposta natural às questões juvenis mais urgentes. O Projeto COLABORATIVO apresentou um perfil genérico e afirmativo dos seus beneficiários. Baseado em dados estatísticos que revelaram os números da violência e das desigualdades a que estão submetidas as jovens e os jovens negros, pobres e periféricos da Grande BH, o Projeto

COLABORATIVO elaborou intervenções responsivas ao diagnóstico das vulnerabilidades juvenis, apresentou conceitos norteadores focalizados em direitos e cidadania das juventudes, propôs diretrizes com enfoque social e afirmativo e um plano de ação composto por uma gama de atividades variadas e inovadoras, elaboradas pelas juventudes, com as juventudes e para o usufruto das juventudes.

Podemos concluir que o Projeto COLABORATIVO foi o que mais se aproximou de um modelo ideal de elaboração de projeto de intervenção para a juventude. Tanto o Projeto CESAR quanto o Projeto SMGO direcionaram o maior equipamento totalmente voltado para atender às juventudes, para a inserção e inclusão do jovem no mercado de trabalho, uma causa nobre, no entanto, esta causa não responde às questões mais urgentes para a maioria dos jovens de Belo Horizonte que está em contato com a violência e com as desigualdades sociais.

Nas entrevistas realizadas pelo Projeto CESAR, alguns jovens demonstraram interesses na direção oposta ao empreendedorismo. Almejavam experimentar novas relações de trabalho, ter oportunidades de ampliação dos horizontes de atuação para além do emprego formal e do desenvolvimento de um negócio lucrativo. Muitos jovens desejavam trabalhar livremente, organizados em coletivos e movidos por propósitos.

São muitas juventudes, por isso há contradição em embasar todo um projeto de intervenção, destinado a um público tão plural, a partir de um único enfoque de desenvolvimento de habilidades e de capacitação para o mercado de trabalho. A inserção no mercado de trabalho é um fator importante do universo juvenil, no entanto, a própria juventude é dividida em três faixas etárias, o que deve pressupor enfoques diferentes para cada fase. Antes de escolher uma profissão ou um segmento de atuação, o jovem precisa ser apresentado a uma cartela de possibilidades e, em uma fase anterior a esta, o jovem precisa descobrir quais são as suas potencialidades e como elas o ajudarão na construção da sua própria identidade.

Um equipamento como o CRJ, totalmente voltado para as juventudes, deve atender a todas as faixas etárias, de 15 a 29 anos, É preciso discutir e buscar soluções para as questões das juventudes em parceria com os jovens. Qualidade da educação pública no Ensino Médio, redução das desigualdades de oportunidades, não reprodução do ciclo de pobreza, conscientização e experimentação de direitos para negros, mulheres, LGBTIQ, deficientes físicos, entres outras demandas urgentes.

Dados estatísticos nos mostram que os jovens precisam de emprego e de renda, mas, também, precisam estudar, adquirir conhecimento, ter acesso à cultura, à arte e ao

lazer. No entanto, verdadeiramente, antes disso, eles precisam permanecer vivos e com saúde para que possam trabalhar, se divertir, estudar e, também, dar conta do seu próprio sustento.

Uma das principais vantagens da política pública local é a proximidade que o governo municipal pode ter com as pessoas, com as associações e entidades, com cada um dos seus cidadãos e cidadãs. A oportunidade de criar uma interlocução e uma relação com os beneficiários dos projetos poderia ser o foco principal das prefeituras, não se trata de minimizar o papel do Estado. É responsabilidade do Estado elaborar as leis, fazer a gestão e implementar políticas públicas em sintonia com a sociedade civil. Antes de mais nada, essa é uma escolha política. E, ao que tudo indica, a maior parte dos governos locais insiste em não reconhecer a vantagem de incorporar ferramentas de diálogo e participação como parte essencial do trabalho da administração pública.

A participação juvenil deve dar o norte às políticas públicas, sejam elas universais, focalizadas e/ou afirmativas. Políticas públicas para as juventudes precisam pisar o chão que os jovens e as jovens pisam para serem sensíveis às identidades juvenis, não somente por motivos de fortalecimento democrático, mas pela importância da vivência política no processo de desenvolvimento pessoal das juventudes. A jovem e o jovem, conscientes da sua cidadania, sabem: participação faz muita diferença.

## 6. REFERÊNCIAS

*Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas/* Organizador, Sales Augusto dos Santos. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 400 p. – (Coleção Educação para Todos)

CASTRO, Mary Garcia. Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

CHARLOT, Bernard (2000). *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artmed.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, no.24., set-dez, 2003.

DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO JOVEM EM BELO HORIZONTE: Livro 12: juventudes em Belo Horizonte. Cooperativa de Trabalho de Professores Universidade Livre, Belo Horizonte: UNILIVRECOOP, 2013.

ECO, Umberto (1968), *Obra Aberta*, São Paulo, Editora Perspectiva.

GALEANO, A. Guilherme. *Introdução à Sociologia*. São Paulo. Harper & Row do Brasil, 1981.

MELO, Thálita Motta. *Dissertação de mestrado: Praia da Estação (manuscrito): carnavalização e performatividade*, UFMG, 2014.

PAIS, José Machado. Aventuras, desventuras e amores na ilha de Santa Maria dos Açores, *Análise Social*, XXVIII (123-124), 1993.

\_\_\_\_\_ *Ganchos, Tachos e Biscates: Jovens, Trabalho e Futuro*, Porto, Âmbar, 2001.

\_\_\_\_\_ Jovem e Cidadania, *Sociologia: Problemas e Práticas*, nº 49, 2005.

REGUILLO, Rossana, La performatividad de las culturas juveniles, *Revista de Estudios de Juventud*, 64, Madrid, 2004.

RUA, M. das G. *As políticas públicas e a juventude dos anos 90*. Brasília: CNPD, 1998.

SPOSITO, Marília Pontes e CARRANO, Paulo César Rodrigues, 2003. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, nº 24, set-dez.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: *Sociologias*, ano 8, nº16, jul.- dez., 2006.

STEVENSON, Nick (org.), *Culture & Citizenship*, Londres, Sage, 2001.

\_\_\_\_\_, Nick (org.), *Cultural Citizenship: Cosmopolitan Questions*, Glasgow, Open University Press, 2003.

WAISBICH, Laura Trajber. .Manifestejos de junho: negação e ocupação da coisa pública. *Jornal da Psicanálise*, vol 46, nº 84, São Paulo, 2013.

#### SITES:

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL), *Panorama Social da América Latina*, 2014. Disponível em:

<https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/37706-panorama-social-da-america-latina-2014-sintese>, Acessado em 30/08/2016.

DADOS DO DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (DATASUS), na pesquisa *Anuário Estatístico de Saúde do Brasil*, de 2012.

Disponível em:

<http://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude/publicacoes/anuarios>, Acessado em 30/08/2016.

ESTUDO TÉCNICO JULHO/2016 - CONSULTORIA LEGISLATIVA. *Mulheres no mercado de trabalho: onde nasce a desigualdade?* 2016. Disponível em:

[http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema7/2016\\_12416\\_mulheres-no-mercado-de-trabalho\\_tania-andrade](http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema7/2016_12416_mulheres-no-mercado-de-trabalho_tania-andrade), Acessado em 05/10/2017.

FLACSO. *Mapa da Violência*, 2016. Disponível em [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016\\_armas\\_web.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf), Acessado em 30/08/2016.

FÓRUM DAS JUVENTUDES. *Mapa da Violência*, 2013. Disponível em <http://forumdasjuventudes.org.br/homicidios-de-jovens-crescem-3261-no-brasil-mostra-mapa-da-violencia/>, Acessado em 30/08/2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. *Censo 2010*, 2010. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/>, Acessado em 30/08/2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), Pesquisa *Projeção da População*, de 2013. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?redirect=1>, Acessado em 30/08/2016.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO Pesquisa *Perfil dos manifestantes*, 2013. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2013/06/19024-datafolha-perfil-dos-manifestantes.shtml>, Acessado em 05/10/2017.



ONG KAIRÓS DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Sistema De Indicadores Nossa BH*, 2013. Disponível em

<http://www.nossabh.org.br/indicadores/>, Acessado em 30/08/2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), de 2013 Pesquisa *Relatório de monitoramento global de educação para todos 2013/14. Ensinar e Aprender: alcançar a qualidade para todos*. Disponível em

<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002256/225654por.pdf>, Acessado em 30/08/2016.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Índice de Vulnerabilidade Juvenil*, 2016. Disponível em

[https://monitorabh.pbh.gov.br/sites/monitorabh.pbh.gov.br/files/IQVU/relatorio\\_ivj-bh\\_v28dez16.pdf](https://monitorabh.pbh.gov.br/sites/monitorabh.pbh.gov.br/files/IQVU/relatorio_ivj-bh_v28dez16.pdf), Acessado em 30/08/2016.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Sala de Notícias*, 2012. Disponível em:

<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=55204&chPlc=55204&&pIdPlc=&app=salanoticias>, Acessado em 17/10/2017.

<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=55205&chPlc=55205&&pIdPlc=&app=salanoticias>, Acessado em 17/10/2017.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2016. *Planejamento Estratégico de Belo Horizonte – Versão 2016*. Disponível em:

<https://bhmetaseresultados.pbh.gov.br/content/planejamento-estrat%C3%A9gico-2030>, Acessado em 11/09/2017.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE *Planejamento Estratégico do Centro de Referência da Juventude de Belo Horizonte*, 2013. Disponível em:

[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=juventude&tax=41902&lang=pt\\_BR&pg=9961&taxp=0&](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=juventude&tax=41902&lang=pt_BR&pg=9961&taxp=0&),

Acessado em 02/02/2016.

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS DO MINISTÉRIO DAS MULHERES, DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS. *Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013*. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/Relatorio2013.pdf>, Acessado em 17/10/2017.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, *Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional Sobre o Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros*, de 2014. Disponível em: [https://issuu.com/participatorio/docs/agenda\\_juventude\\_brasil\\_-\\_pesquisa](https://issuu.com/participatorio/docs/agenda_juventude_brasil_-_pesquisa), Acessado em 30/08/2017.

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DE MINAS GERAIS, 2015, *Violência contra a mulher em Minas Gerais* Disponível em: <http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/secretaria-de-defesa-social-divulga-dados-sobre-a-violencia-contr-a-mulher>, Acessado em 15/10/2017.